

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

ADRIELLE SANTOS OSCAR ANDRADE

**O Maranhão nas comemorações do Duplo Sesquicentenário da Independência do
Brasil (1972-1973)**

São Luís
2025

ADRIELLE SANTOS OSCAR ANDRADE

**O Maranhão nas comemorações do Duplo Sesquicentenário da Independência do
Brasil (1972-1973)**

Monografia apresentada ao Curso de História
da Universidade Estadual do Maranhão para o
grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

São Luís

2025

Andrade, Adrielle Santos Oscar.

O Maranhão nas comemorações do duplo Sesquicentenário da independência do Brasil (1972-1973) / Adrielle Santos Oscar Andrade. – São Luís, 2025.

87 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Comemorações do Sesquicentenário.
2. Ditadura Militar.
3. Imprensa.
4. Independência. I. Título.

CDU 94(812.1).04:070

ADRIELLE SANTOS OSCAR ANDRADE

**O Maranhão nas comemorações do Duplo Sesquicentenário da Independência do
Brasil (1972-1973)**

Monografia apresentada ao Curso de História
da Universidade Estadual do Maranhão para o
grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Marcia Milena Galdez Ferreira

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Romário Sampaio Basílio

Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela dádiva de ter sido aprovada no curso de História e pela oportunidade de ter vivido cada uma das experiências experimentadas ao longo do período da graduação, todas foram de suma importância para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Sempre terei no meu coração gratidão por tudo o que aconteceu e acontece na minha vida, tudo isso devo a Ti.

O processo de graduação às vezes pode ser uma jornada solitária, com apenas você e os diversos textos acadêmicos. No entanto, ninguém consegue ir muito longe sozinho. Ao longo dessa caminhada, algumas pessoas foram meu alicerce, me mantendo firme e sempre me incentivando. Por isso, gostaria de agradecer:

A minha mãe, Geisa, por ser essa mulher guerreira que sempre cuidou e me protegeu, quando eu mesma nem lembro; Ao meu pai, Livilmar, que nunca mediou esforços para nos oferecer a melhor qualidade de vida possível. Obrigada pelo apoio incondicional que sempre recebi de vocês, mesmo quando muitos diziam que o caminho da licenciatura não era a melhor opção. Se hoje sou uma pessoa realizada e estou concluindo mais essa etapa na vida, saibam que o apoio e incentivo de vocês foi o meu alicerce. Se hoje eu sou o que sou é devido aos seus ensinamentos, serei eternamente grata a Deus pelas pessoas maravilhosas aos quais tenho a honra de chamar de mãe e pai.

Ao meu querido esposo, Reinaldo, obrigada pelo incentivo que sempre me deu, desde a matrícula até a escrita da monografia. Pude sentir seu encorajamento em cada gesto, como quando me comprou um notebook no primeiro período para me ajudar na escrita dos trabalhos acadêmicos, quando me levou todos os dias para os estágios obrigatórios, quando fazia de tudo em casa para que eu tivesse mais tempo para escrever a monografia e por todas as vezes que me disse que eu era capaz e que iria conseguir, mesmo quando eu não acreditava em mim. Você é e sempre será meu Porto Seguro.

Agradeço também a minha irmã, Arielle, que também viveu as experiências de uma licenciatura ao mesmo tempo que eu. Foi maravilhoso ter alguém com quem compartilhar tanto as alegrias quanto as dificuldades dessa fase. Descobri que, às vezes, rir das dificuldades com a sua irmã torna tudo mais fácil de enfrentar. Além disso, foi gratificante poder observar nossa evolução, tanto como pessoas quanto como profissionais. Estou ansiosa para acompanhar nosso desenvolvimento na profissão, conte sempre comigo.

Ao meu orientador, Marcelo Cheche Galves, pela oportunidade de integrar seu projeto como bolsista PIBIC durante dois anos. Agradeço pela confiança e pela orientação ao longo desse período, que me conduziram até a conclusão desta monografia. Seus conselhos, instruções e ensinamentos foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico. Sou muito grata por ter sido apresentada ao fascinante mundo da pesquisa. Se hoje me encontrei em uma área da história, devo isso aos anos de aprendizado ao longo da iniciação científica.

Também gostaria de agradecer aos meus colegas de turma pelo companheirismo e por tornar a jornada acadêmica, ao longo dos anos, mais leve e divertida. Por fim, agradeço pela orientação e ensinamentos de todos os professores da UEMA, com os quais tive a honra de aprender. O desenvolvimento acadêmico que alcancei ao longo dos anos é resultado da contribuição de cada um de vocês.

*Aqueles que não conseguem lembrar o passado
estão condenados a repeti-lo.*
(George Santayana)

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade entender a forma como a imprensa ludovicense foi utilizada para moldar as narrativas sobre a Independência durante o duplo sesquicentenário, focando nos jornais *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*, todos com circulação em São Luís/MA. A pesquisa se concentra na comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, realizado em 1972, e na celebração do Sesquicentenário da adesão do Maranhão a Independência, realizado em 1973, ambas organizadas pela regime militar em vigor. O objetivo é compreender como as comemorações de caráter nacional em 1972 se desenvolveram pelo território brasileiro e quais foram as estratégias adotadas pelo governo para realizar festividades cívicas com o intuito de promover sua própria imagem. Além disso, buscamos entender como as comemorações no estado do Maranhão, em 1973, foram promovidas em torno da narrativa de um estado ansioso por ser independente muitos anos antes da proclamação oficial, analisando os personagens escolhidos para validar essa versão da história naquele ano.

Palavras-chave: Comemorações do Sesquicentenário; Ditadura Militar; Imprensa; Independência.

ABSTRACT

This study aims to understand how the press in São Luís was used to shape narratives about Independence during the double sesquicentennial, focusing on the newspapers *O Imparcial*, *Jornal Pequeno*, and *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*, all circulated in São Luís, Maranhão. The research focuses on the commemoration of the Sesquicentennial of Brazil's Independence, held in 1972, and the celebration of the Sesquicentennial of Maranhão's adhesion to Independence, held in 1973, both organized by the military regime in power. The objective is to understand how the national celebrations of 1972 developed across Brazilian territory and what strategies were adopted by the government to carry out civic festivities aimed at promoting its own image. Additionally, we aim to understand how the celebrations in the state of Maranhão, in 1973, were promoted around the narrative of a state eager to be independent many years before the official proclamation, analyzing the figures chosen to validate this version of history that year.

Keywords: Sesquicentennial Celebrations; Military Dictatorship; Press; Independence.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Período de publicação dos periódicos maranhenses 46

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 12 |
| Capítulo 1. O Sesquicentenário da Independência: Comemorações, progresso e a construção da memória nacional | 18 |
| 1.1. Os bastidores do Sesquicentenário de 1972..... | 20 |
| 1.2. Os despojos imperiais: A peregrinação pelo Brasil | 26 |
| Capítulo 2. Celebrando a Independência: Os despojos de Dom Pedro I em São Luís do Maranhão | 32 |
| 2.1. A imprensa de São Luís: Uma análise da relação com os despojos | 34 |
| 2.2. Análise da temporalidade das notícias sobre os despojos de Dom Pedro I | 45 |
| 2.3. O Fundo do Sesquicentenário e os despojos imperiais | 51 |
| Capítulo 3. A adesão do Maranhão à Independência: disputas narrativas e contrastes nas comemorações de 1972 e 1973..... | 58 |
| 3.1. Entre a adesão à Independência e a celebração de 1973: o processo político e as comemorações no Maranhão | 60 |
| 3.2. Dom Pedro I nas comemorações de 1972 e 1973 | 66 |
| 3.3. O papel das figuras locais na construção das comemorações da adesão do Maranhão à Independência | 72 |
| Considerações finais | 81 |
| Referências | 84 |

Introdução

O tema das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e seus desdobramentos na área de pesquisa, chegaram até mim pela primeira vez quando estava no quarto período, e me foi apresentado pelo professor Marcelo Galves o projeto *Historiografia, imprensa e memória: comemorações da Independência no/do Maranhão*, ao qual fui bolsista por dois anos consecutivos, com financiamento da Fapema no primeiro ano e do CNPq no segundo. O projeto tinha como finalidade analisar as comemorações em torno do Sesquicentenário de Independência do Brasil, organizadas pela ditadura civil-militar em 1972 e 1973, com foco em São Luís/MA. Sobre os personagens eleitos como figuras centrais nos dois anos de comemoração; 1972 a comemoração foi pautada na figura de Dom Pedro I; 1973 temos a emergência de figuras como Manoel Beckman, Salvador Cardoso de Oliveira e Lord Cochrane. Essas discussões foram se aprofundando, e resultaram neste trabalho monográfico.

No ano de 1972 ocorreu a comemoração do Sesquicentenário da independência do Brasil, uma festividade de caráter nacional em prol dos 150 anos da emancipação do país dos laços coloniais com Portugal. Durante esse período, o Brasil estava sob um regime ditatorial estabelecido em 1964. Em 1972, o país era governado pelo General Emilio Garrastazu Médici que, em discurso na data de 31 de dezembro de 1971, já no ambiente dos festejos, declarou que o futuro havia chegado ao Brasil e que se vivia tempos extraordinários no país (Cordeiro, 2012a).

Essa declaração tinha como base a notável alta do PIB que “[...] cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo de bens de capital” (Hermann, 2005, p. 82). Portanto, apesar das consequências futuras desse acelerado crescimento, ao declarar que o objetivo do governo de elevar o Brasil à condição de uma grande nação havia sido “alcançado”, era imperativo celebrar tal feito, evidenciando assim, não apenas para o povo brasileiro, mas também para as demais nações, que o futuro grandioso finalmente fora alcançado.

No entanto, o desenvolvimento e as boas condições de vida declaradas pelo presidente não foram desfrutados por todos os brasileiros. Na verdade, em 1972, o país enfrentava um dos momentos mais difíceis do regime militar sob o governo de Médici, conhecido como os “anos de chumbo”, período de maior repressão vivida no Brasil. Dessa forma, uma parte mínima da população brasileira estava envolta na euforia gerada pelo

"Milagre Econômico", em que a combinação de fatores como a intervenção do Estado, a formação de consórcios, a expansão do crédito e a ampliação dos prazos de financiamento impulsionou um crescimento econômico acentuado, permitindo especialmente às classes médias o acesso a produtos duráveis (Almeida, 2009). Por outro lado, com o endurecimento do regime, a maior parte dos cidadãos sofria com a forte repressão do período, se tornando frequente o surgimento de novos grupos clandestinos que adotavam a resistência armada como forma de ação com o objetivo de combater e derrubar o regime militar que a cada dia se tornava mais repressivo.

Diante disso, o regime militar percebeu a necessidade de agrupar simbolicamente a sociedade em torno da ditadura para reafirmar a evolução que o Brasil vivia graças às suas ações, além de buscar despertar o sentimento patriótico da nação. O ano de 1972 foi ideal para esse movimento, já que as comemorações do Sesquicentenário da emancipação do Brasil foram pensadas e utilizadas como forma de legitimar o regime autoritário em vigor perante a sociedade, recorrendo ao suposto desenvolvimento do país para justificar suas ações autoritárias.

Para isso, diversos eventos foram planejados de modo a destacar o poder que o Brasil possuía naquele período e unir a sociedade em torno dessa festividade. Com o mesmo objetivo, foram utilizados outros variados meios como, por exemplo, a produção de livros didáticos, peças publicitárias (que destacavam os valores do alto comando das forças armadas), lançamento de longa-metragem sobre o processo de independência, a reedição de obras relacionados à independência, além da realização de eventos com o propósito de integração nacional, entre eles, o torneio internacional de futebol - a Taça Independência -, a corrida com o Fogo Simbólico e o símbolo mais importante do sesquicentenário, a vinda e a peregrinação dos despojos de D. Pedro I pelo Brasil (Almeida, 2009, p.13).

No ano seguinte, em 1973, ocorre no Maranhão a celebração do Sesquicentenário da sua adesão ao Império do Brasil, datada de 28 de julho de 1823. Diante desse marco o governo precisa utilizar-se de algumas estratégias para evitar contradições com o ideal de união nacional fortemente sustentado no ano anterior nas comemorações nacionais de 1972. Para isso, recorreram a narrativa de que a província do Maranhão sempre quis ser "Brasil" e que apesar de casos "isolados" de resistência, o forte desejo em ser independente levou os maranhenses a lutarem e por fim, aderirem ao projeto político.

Como forma de tornar a narrativa mais verossímil, alguns personagens locais foram escolhidos para serem o centro das festividades no Maranhão, da mesma forma que

Dom Pedro I fora escolhido para representar as comemorações nacionais em 1972. No ano de 1973, as figuras escolhidas foram Manoel Beckman, Salvador Cardoso de Oliveira e, noutro sentido, Lord Cochrane. Todos com trajetórias que os conectavam ao Maranhão e a luta pela independência que se desenrolou no estado. Nos dois anos de comemoração, os jornais locais foram essenciais para compartilhar os ideais que o regime militar queria destacar, e tiveram suma importância para nossa compreensão sobre o uso desses personagens para uma história da Independência do Maranhão.

Feitas essas considerações, o objetivo desse trabalho é entender a forma como a imprensa ludovicense foi utilizada para moldar as narrativas sobre a Independência durante as comemorações dos sesquicentenários em 1972/1973. Espera-se, sobretudo, compreender: como as comemorações se desenvolveram pelo Brasil em 1972 e quais estratégias foram utilizadas para alcançar os objetivos do governo, através de análise bibliográfica; de que forma a figura de Dom Pedro I foi abordada pelos periódicos ludovicenses e, apoiada por documentos do Fundo do Sesquicentenário¹, observar os preparativos do evento no Maranhão; por fim, examinar as estratégias utilizadas para promover a narrativa de um Maranhão ansioso por ser independente muitos anos antes de sua proclamação, analisando os personagens escolhidos para validar essa versão da história para o ano de 1973.

Para esta pesquisa os conceitos trabalhados na tese de doutorado de Janaina Martins Cordeiro, intitulada Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972), foram essenciais, pois trazem à tona a discussão sobre a participação voluntária dos cidadãos brasileiros nas festividades do Sesquicentenário, arquitetado pelo governo ditatorial vigente na época, usando os termos consenso e consentimento para explicar este fenômeno². A memória coletiva divide a sociedade em dois polos, os resistentes e os apoiadores, ao mesmo tempo em que responsabiliza a repressão e coerção pela permanência do regime autoritário. Contudo, a discussão iniciada por Janaina Cordeiro (2012a) atenta para como o período da ditadura no Brasil foi vivido de maneira diferente,

¹ Fundo do Sesquicentenário (pasta 13), referente às atividades da Comissão Executiva Estadual do Maranhão. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

² Segundo Janaina Cordeiro (2012a), o termo consenso se refere ao acordo de uma sociedade baseado em seus valores e normas, o que torna possível que uma ditadura, como a que ocorreu no Brasil a partir de 1964, se legitime diante dessa sociedade ao se alinhar com suas tradições culturais. O termo consentimento faz referência às formas de comportamentos sociais que demonstram esse acordo, incluindo a conformidade e a aceitação das ações do regime. Através dessas noções, torna-se mais fácil compreender como um governo ditatorial mantém seu poder e apoio social.

dependendo da perspectiva ao qual se observa, pois, enquanto a luta armada e outros grupos considerados inimigos da pátria sofriam o período de maior repressão, durante o governo de Médici, outros viviam os anos de ouro que representavam a sensação de segurança e tranquilidade com o Milagre Econômico.

Em relação a historiografia destaco, a tese de doutorado de Marcelo Cheche Galves, defendida em 2010, na Universidade Federal Fluminense, intitulada *Ao Público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)* que traz à tona a discussão sobre a compreensão do incômodo presente na historiografia do Maranhão ao abordar os eventos que marcaram a integração da província ao Império do Brasil, oficializada apenas em 28 de julho de 1823. Nesta monografia, percebemos tal desconforto durante as comemorações do Sesquicentenário da adesão do Maranhão em 1973, período em que utilizaram-se de certas narrativas, como a interpretação de que a Revolta de Beckman ocorrida no Maranhão em 1684 foi uma luta pela independência da colônia, para mostrar que, apesar da demora, o Maranhão sempre almejou a emancipação de Portugal e o atraso se deu devido a uma minoria, nas palavras de Oliveira Lima (1921, p. 97) “anti-unionista”; e assim se constrói (e se justifica) a explicação do “atraso” para o Maranhão aderir à Independência em 1822.

A abordagem realizada por Adjovanes Almeida (2009) em sua tese também é cara a esta pesquisa, pois foca nos eventos que ocorreram durante as festividades de 1972 como, por exemplo, o encontro cívico, a peregrinação dos despojos de Dom Pedro I e a publicação da Biblioteca do Sesquicentenário. Além de discutir sobre a importância e o objetivo do governo militar em se empenhar tanto para conseguir a transladação dos despojos do imperador de Portugal para o Brasil, Almeida explica que “a figura de d. Pedro I legitimaria o autoritarismo então vigente, assim como as ideias de ‘integração nacional e de uniformidade ideológica’, expressas com a viagem realizada pela urna mortuária com os restos mortais do primeiro imperador pelo território nacional” (Almeida, 2009, p.68).

Sobre os documentos aqui utilizados, esta monografia visa contribuir com os estudos que debatem a respeito da forma como a comemoração de ambos os Sesquicentenários -1972 e 1973- foram concebidos pelo regime ditatorial da época como forma de fixar no imaginário coletivo uma determinada história do passado brasileiro. Para isso, os arquivos preservados no Fundo do Sesquicentenário foram fundamentais para a compreensão dos bastidores do planejamento do grande evento realizado em 1972. Além disso, foram analisadas edições dos jornais maranhenses *O Imparcial* (1972-1973),

Jornal do Dia (1972-1973) e *Jornal Pequeno* (1972-1973), nos quais buscamos entender como os periódicos da época foram utilizados para compartilhar esse passado reinventado e a forma como personagens caros a essa narrativa histórica foram relembrados para legitimar o que era compartilhado. É importante destacar que no ano de 1973, o periódico *Jornal do Dia* foi adquirido pelo senador José Sarney e pelo poeta Bandeira Tribuzi, sendo então renomeado como *O Estado do Maranhão*.

Para utilizar os jornais como fonte de pesquisa deve-se, primeiramente, entendê-los como fonte ativa da história, ou seja, cada período histórico possui uma particularidade como, por exemplo, os movimentos políticos e sociais, as conjunturas e processos econômicos que, de certa forma, influenciam os meios sociais e de comunicação, impactando diretamente a imprensa. Partilhando dessa concepção, Cruz e Peixoto (2007) afirmam que para o uso dos jornais “[...] é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica” (Cruz; Peixoto, 2007, p.257).

Com isso, ao utilizar os jornais como fonte de conhecimento sobre o Sesquicentenário de 1973, por exemplo, o pesquisador deve ter o cuidado de analisar criticamente cada título e a notícia que a acompanha, pois esses documentos atendem às condições sociais e políticas da época. Segundo Adjoyanes Almeida, as fontes destacam aquilo que seu escritor queria deixar para o futuro e é função do historiador saber analisar as fontes levando isso em consideração (Almeida, 2009).

Tendo isso em mente, no primeiro capítulo desta monografia examino o ano de 1972 a partir de uma historiografia recente referente a comemoração dos 150 anos da independência do Brasil, analisando como essas comemorações foram concebidas, o que pretendiam alcançar e como esses objetivos foram alcançados na prática. Para tanto, exploro primeiramente uma historiografia sobre a festividade, com foco nas estratégias e ferramentas utilizadas para a sua concretização; também reflito sobre a utilização desta celebração como forma de autopromoção. Em seguida, utilizo da mesma historiografia para entender como as celebrações se desenvolveram em alguns estados brasileiros, dadas as especificidades dessas localidades em 1822/1823, como as então nominadas “províncias do Norte”.

No segundo capítulo, examino a maneira como a imprensa maranhense reportou os preparativos para o evento principal do Sesquicentenário no estado, bem como a maneira como acompanhou a permanência dos restos mortais do imperador em São Luís,

em julho de 1972. Inicialmente, examino as notícias dos jornais *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia*, todos de São Luís, que abordam Dom Pedro I e a peregrinação dos seus despojos, ponderando sobre a forma como o assunto é tratado ao longo do ano. Na sequência, sistematizo alguns números, fundamentados na publicação das manchetes desses três jornais, e faço uma avaliação do período de publicação de cada notícia, considerando os intervalos que registram os picos mais significativos de publicações. Por fim, recorrendo ao Fundo do Sesquicentenário, abordo alguns aspectos da organização do Sesquicentenário nos seus bastidores. A maior parte do material é composta por correspondências entre os organizadores da celebração, e contém planejamento minucioso dos eventos programados para o Maranhão, com destaque para o evento principal, a chegada e permanência dos restos mortais de D. Pedro I por três dias na cidade de São Luís.

O último capítulo discute a maneira como os jornais de maior circulação em São Luís do Maranhão - *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* - acompanharam as comemorações no Maranhão em 1973. Para isso, sintetizo o processo desde a proclamação da Independência no Rio de Janeiro até a efetiva adesão do Maranhão ao Império do Brasil. Tal percurso subsidiará a reinterpretação da história que possibilitou a celebração desse acontecimento e o desenrolar desse evento durante 1973. Na sequência, realizo uma análise comparativa da figura de D. Pedro I, contrastando a utilização de sua imagem em 1973 com a ênfase dada a ele em 1972, quando ele ganhou destaque na imprensa. Finalmente, exploro a forma (e a quantidade) das aparições de Manoel Beckman, Salvador Cardoso de Oliveira e Lord Cochrane nos três jornais analisados, examinando como suas imagens serviram para validar o "antigo" anseio da província em se tornar "Brasil" e a batalha pela adesão à independência.

Capítulo 1. O Sesquicentenário da Independência: Comemorações, progresso e a construção da memória nacional

Em 1972, o Brasil vivia um período de vigoroso crescimento do PIB, iniciado em 1968 e que se prolongou até 1973 (Hermann, 2005). Após esse período, as consequências negativas³ dessa fase de “crescimento” seriam vivenciadas pelos governos subsequentes. Contudo, enquanto isso o chamado “milagre” era amplamente celebrado e o anúncio de grandes comemorações no ano de 1972 foi realizado (Cordeiro, 2012a). Nesse contexto, a celebração do Sesquicentenário da Independência do Brasil foi explorada pelos militares com objetivos evidentes de consolidar, diante da sociedade brasileira, o governo que teria promovido o progresso para toda a nação.

Segundo Antônio Correa (1972), tais festividades vão muito além de uma simples comemoração. Em seu relatório⁴, o general descreve o significado por trás dos eventos programados, ao afirmar o duplo sentido de lembrar a Independência, proclamada em 7 de setembro de 1822 por Dom Pedro I, e de mostrar o forte progresso do país. Assim, a celebração deixou de ser apenas o tributo a uma parte da história brasileira, para também promover o governo que conduzia os festejos dos 150 anos da emancipação brasileira.

Além disso, as festividades de 1972 não se limitaram a regiões específicas, mas, através da mobilização do sentimento patriótico do povo e contando com o envolvimento de todos os estados brasileiros e com a participação massiva da população, buscavam disseminar a mensagem de “progresso” possibilitada pelo então governo militar. Com isso, teve início ainda em 1971 a organização e planejamento da festividade do Sesquicentenário de Independência que ocorreria ao longo do ano seguinte. Uma forma de acompanhar e compreender toda essa operação é através da leitura e análise do relatório produzido pelo general de exército Antônio Jorge Correa, que ao fim das comemorações reuniu informações essenciais acerca do processo organizacional de toda a festividade, que ocorreu entre os meses de abril a setembro de 1972, com início em 21

³ “Os grandes problemas foram: a correção monetária, com seus efeitos perversos sobre a dinâmica dos preços; e o aumento da dependência externa do país, em dois setores: industrial (bens de capital, petróleo e seus derivados) e financeiro, este como reflexo da política de endividamento. Essas condições mostrariam seus desafios e riscos a partir do primeiro choque dos preços do petróleo em fins de 1973” (Hermann, 2005, p. 90).

⁴ Relatório produzido pelo General de Exército Antônio Jorge Correa, que foi o presidente da Comissão Executiva Central (CEC) responsável por organizar os eventos de caráter nacional durante as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

de abril (Dia de Tiradentes) e com encerramento no dia 7 de setembro (Independência do Brasil), abrangendo todo o território nacional.

A celebração do Sesquicentenário da Independência foi pensada de modo abrangente, focando sempre na unidade nacional. Para isso, qualquer resquício da história que trouxesse à tona o embate que ocorreu no Brasil após a proclamação da independência entre as províncias resistentes foi ignorado. Conforme Adjovanes Almeida (2009), as comemorações representariam uma reconstrução da memória, articulando o esquecimento e a lembrança de forma intencional, privilegiando determinados eventos e personagens em detrimento de outros.

Sendo assim, uma forma utilizada para celebrar a unidade da nação desde os primórdios da independência foi celebrar o personagem que fizesse jus a esse marco histórico, Dom Pedro I, que representaria todos os ideais tão prezados pelos militares: ordem, obediência e certa compreensão sobre “bons costumes”. Com isso, buscava-se gerar um sentimento nacionalista e de pertencimento para, dessa forma, “[...] motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento” (Martins, 1999, p.8).

Tendo isso em mente, percebe-se que a comemoração da efeméride no Brasil tinha uma agenda estratégica que ia além da simples celebração histórica. O objetivo principal era exaltar os resultados positivos do governo que, na época, detinha o poder no país, e enfatizar os avanços dessa administração autoritária para todo o território nacional. O foco da festa não estava apenas em rememorar o passado, mas também em promover o regime vigente, transformando a festividade em uma forma de autopromoção política. Para isso, a seleção da memória se tornou uma ferramenta essencial para tornar esse projeto possível, pois:

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras [...] e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais [...] Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional [...] as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente (Silva, 2002, p. 432).

Diante disso, o objetivo deste capítulo é explorar o ano de 1972 por meio da bibliografia sobre as celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, analisando como essas comemorações foram concebidas, quais objetivos buscavam alcançar e como se concretizaram na prática. Para isso, início o capítulo com a análise de uma recente historiografia – além do já citado relatório do general Antônio Correa –,

relacionada ao Sesquicentenário, destacando as estratégias e ferramentas apontadas por esses autores para o sucesso dos festejos e a autopromoção dos seus organizadores. Em seguida, utilizando as mesmas obras, procuro compreender de que modo as celebrações se desenvolveram em certos estados, considerando as particularidades e posturas assumidas por algumas dessas regiões quanto províncias do norte em 1822.

1.1. Os bastidores do Sesquicentenário de 1972

Para as celebrações de 1972, o presidente Médici desejava a participação de todos os brasileiros, a colaboração de todas as entidades que representavam seu trabalho e a presença de todos que asseguravam a união da Pátria (Correa, 1972). Para tanto, foi necessário a criação da Comissão Nacional através do Decreto nº 69.344, de 8 de outubro de 1971, com o objetivo de programar e coordenar as comemorações do ano seguinte, garantindo a participação e envolvimento de todo território nacional e seus cidadãos. Com isso em mente, “[...] é instituída uma Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, durante o ano de 1972, bem como propor os meios necessários à realização das mesmas (Correa, 1972, p. 13).

Dessa forma, o evento foi pensado de forma que alcançasse todo o vasto território brasileiro, disseminando as boas notícias atribuídas àquele governo, conforme era divulgado. Assim, com o intuito de pensar e organizar eventos que remetessem tanto a comemoração dos 150 anos de independência brasileira, como também a celebração do alegado período de desenvolvimento vivenciado no país, é criada a Comissão Executiva Central (CEC), através do Decreto no 69.922, de 13 de janeiro de 1972, sendo responsável por dirigir e coordenar as comemorações:

À CEC coube a organização dos eventos em abrangência nacional, a definição e organização geral da festa, que deveria ser capaz não somente de celebrar os 150 anos da independência do país [...], como também de celebrar o momento de grandeza, de acelerado crescimento econômico e o otimismo crescente que envolvia segmentos significativos da sociedade brasileira naqueles primeiros anos da década de 1970 (Cordeiro, 2012a, p.18).

Através de tais informações, podemos perceber o intenso e complexo planejamento para a realização das festividades de 1972. Ademais, para além das atribuições pré-definidas no decreto de criação, a CEC, posteriormente, seria também responsável por elaborar um detalhado relatório em que constasse as principais informações a respeito do planejamento e execução de todo o evento e, principalmente, sendo “[...] este o propósito: perpetuar, em páginas descritivas, festas e cerimônias cuja evocação honra a nossa gente e a nossa terra. Coligir, em narração sucinta, [...] o alto

significado desse sesquicentenário de emancipação e desenvolvimento” (Correa, 1972, p. 7). Buscava-se, assim, perpetuar o evento sob a perspectiva militar, sob a ótica de um Brasil forte e avançado.

Tendo isso em vista, toda a programação foi elaborada para refletir o grau de progresso em questão. Conforme Janaina Cordeiro (2012b), as comemorações incluíram vários eventos, como o I Encontro Cívico Nacional, que reuniu o público em praças para ouvir o pronunciamento do presidente da República, assistir ao hasteamento da bandeira e cantar o Hino Nacional, marcando o início oficial das celebrações do Sesquicentenário. A programação se estendeu até a Semana da Pátria, com destaque para os desfiles militares do dia 7 em todo o país e a inauguração do monumento à Independência no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Também foram reeditadas importantes obras sobre a independência do Brasil, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) liderando esse trabalho de construção da identidade nacional. Além disso, foi organizado o campeonato internacional de futebol, a Taça Independência, e lançado o filme *Independência ou Morte*, dirigido por Carlos Coimbra.

Nesse contexto, dentre todas as atividades planejadas, o evento central seria o translado dos despojos de Dom Pedro I para o Brasil, consagrando o antigo imperador como o principal símbolo das celebrações do Sesquicentenário. Para tornar isso uma realidade, inicialmente, o presidente Médici, através do seu ministro das relações exteriores, o embaixador Mario Gibson Barbosa, enviou uma carta para o presidente de Portugal, o almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz⁵, solicitando, em nome do Brasil, que os restos mortais de Dom Pedro I, “[...] o fundador do Império”, fossem-lhes confiados (Correa, 1972). Em carta, o presidente da república brasileira diz que:

Em 1972, celebraremos juntos – o Brasil e Portugal – o sesquicentenário do acesso brasileiro à plena independência política. Só temos, os dois povos, motivos de orgulho por um acontecimento que, ao separa em dois grandes braços a comunidade lusíada, manteve íntegras a consciência da igualdade espiritual, a língua e as tradições dos antepassados comuns. [...] O Brasil, que tanto recebeu de Portugal, deseja continuar a merecer as dádivas de sua amizade generosa. Não teme, assim, pedir muito. E, por meu intermédio, o povo brasileiro pede agora ao povo português, de que Vossa Excelência é o alto representante, os restos mortais de D. Pedro I do Brasil, o D. Pedro IV de Portugal, para depositá-lo ao lado da primeira imperatriz, em Ipiranga, no mesmo sítio onde, há um século e meio, num arrebatamento generoso, decidiu ser o intérprete da vontade nacional e se transformar em símbolo da unidade brasileira (Correa, 1972, p. 10).

⁵ Presidente de Portugal entre os anos de 1958-1974. No período do sesquicentenário brasileiro Portugal também vivia sob um regime ditatorial. Além disso, “[...] naquele momento, passava por fortes contestações, sobretudo a partir dos anos 1960, quanto tiveram início os movimentos de guerrilha pela libertação nacional nas colônias africanas” (Cordeiro, 2012a, p. 64).

Nesse contexto, ocorre o acordo entre os dois países, sendo selado através da resposta do presidente de Portugal a Médici. Em carta, Américo Thomaz comunica sua decisão declarando que “[...] de acordo com o pensar do meu governo, e seguro de interpretar a vontade do povo português, comunico a Vossa Excelência que Portugal, numa atitude sem paralelo, confia de futuro ao Brasil os despojos de D. PEDRO” (Correa, 1972, p. 12). Porém, diferente do que foi declarado por Thomaz, o povo português não estava de fato satisfeito com a decisão tomada, sendo isso perceptível no dia da partida dos despojos de Lisboa rumo ao Rio de Janeiro: no local, “[...] a sensação geral pelas ruas daquela cidade era de profunda indiferença: apenas 200 pessoas acompanharam as solenidades” (Cordeiro, 2012a, p. 64).

O que levou Portugal a se desfazer de um bem tão precioso foi uma tentativa desesperada de enviar uma mensagem. Segundo Janaina Cordeiro (2012a), a participação de Portugal, que também vivia uma ditadura, se deu não somente para estreitar laços entre a comunidade luso-brasileira, como também para demonstrar para suas colônias na África, onde os movimentos por independência estavam ganhando força, que só não reconheciam sua independência porque elas ainda não possuíam as condições necessárias para serem novos “Brasis”.

Nesse contexto, observa-se um acordo firmado que oferece benefícios para ambas as partes. Com isso, os restos mortais de Dom Pedro I partem de Portugal e chegam ao Brasil no dia 22 de abril de 1972⁶, um dia após o encontro cívico nacional⁷, trazidos pelo navio português Funchal, escoltado por embarcações do Brasil e de Portugal.

O próprio presidente de Portugal, Américo Thomaz, fez a entrega solene dos despojos ao presidente Médici do Brasil, e se pronunciou dizendo “É com emoção que vos confio, meus irmãos brasileiros, os restos mortais do Grande Chefe que criou hão cento e cinquenta anos esta Pátria portentosa e que doou ao meu país o seu coração e os seus ideais” (Correa, 1972, p. 49). Diante dessa declaração, o presidente Médici também se pronunciou ao receber das mãos de Thomaz os despojos imperiais, dizendo:

Retorna ao solo brasileiro **o Defensor Perpétuo do Brasil**, aquele que por amor à nossa gente, renunciou ao trono na nação que ajudou a construir. [...] O Cercô do Porto e o Grito do Ipiranga – os dois maiores momentos de sua grande

⁶ Além de ceder os despojos imperiais como forma de demonstrar que, apesar da independência, os laços entre a comunidade luso-brasileira não foram rompidos, a escolha da data para o desembarque da urna funerária também foi cuidadosamente planejada para coincidir com o dia 22 de abril – Dia da Comunidade –, reforçando, assim, a ideia de união entre os dois países.

⁷ O evento realizado no dia 21 de abril de 1972 ocorreria, simultaneamente, em todo o país, objetivando mobilizar a sociedade brasileira “[...] para numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciaria ouvir a saudação e chamamento do Presidente Médici, feita diretamente de Brasília e cultuar a Bandeira entoando o Hino Nacional” (Almeida, 2009, p. 165).

vida – marcaram o seu destino histórico. [...] servindo fielmente ao Brasil e a Portugal, em largos períodos de sua história, exprimem com eloquência o seu modo irmanado e solidário de estar no mundo (Correa, 1972, p. 50, grifo nosso).

Para que a figura de Dom Pedro I manifestasse os ideais prezados pelos militares e cumprisse seu papel como “[...] o herói máximo do Sesquicentenário, imperador símbolo de autoridade que, com um gesto certeiro, ‘deu’ ao país sua independência” (Cordeiro, 2023, p. 135), foi necessário adotar medidas para que a população o adotasse como o defensor de sua pátria. Entre tais medidas, segundo Adjovanes Almeida (2009), era promovido um discurso que destacava determinados aspectos de D. Pedro I, especialmente sua virilidade, enquanto silenciava outras características, como o autoritarismo e irresponsabilidade. O enfoque nessas determinadas características visava construir a imagem de D. Pedro I como o herói da Independência, líder do processo de emancipação política do Brasil. Assim, certa releitura de sua biografia permitiu moldá-lo na figura heroica propagada em 1972. O historiador francês Pierre Nora (1993) aborda o tema dos usos da memória afirmando que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinhas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Portanto, seguindo esse raciocínio, dentro de uma sociedade, determinados grupos apresentarão uma narrativa histórica fundamentada em uma memória que pode glorificar um determinado passado ou demonizá-lo, a depender do interesse presente. No caso de 1972, o governo militar buscou glorificar um passado histórico com o objetivo de justificar as repressões do presente para, dessa forma, dar continuidade ao “passado de glórias” tão divulgado naquele ano.

Considerando isso, após as solenidades de recepção da urna imperial, deu-se início a programação mais aguardada do Sesquicentenário, a peregrinação dos despojos de Dom Pedro I por cada estado do Brasil, conduzido pela Força Aérea Brasileira, no dia 25 de abril. Segundo Antônio Correa (1972), o sentido de integração nacional, planejado desde o início, foi alcançado através do acompanhamento e entrega dos despojos de um governo estadual a outro. Nesse contexto, frequentemente a celebração da pátria — as

"comunidades imaginadas"⁸ — se mesclava à celebração do regime, conforme Janaina Cordeiro (2023).

Segundo Benedict Anderson (2008), as nações que conhecemos atualmente são, na verdade, comunidades imaginadas, pois um estado vasto não possibilita que seus membros se conheçam. O autor parte da ideia de que uma comunidade verdadeira é formada por um número reduzido de pessoas, em que todos têm conhecimento uns dos outros. Ele afirma que a comunidade imaginada “[...] é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 32).

Atualmente, o conceito de nação está relacionado a uma comunidade que compartilha elementos ideacionais, como língua, crenças, cultura, um passado comum e projetos de futuro coletivos. Assim, o sentimento de pertencimento a uma nação gera a identidade nacional, a qual é composta por aspectos de coesão e união. A união nacional era o que se buscava pelos militares no decorrer da peregrinação dos despojos imperiais que, além de despertar curiosidade e assegurar a participação de uma parte da população brasileira; também conferia um caráter simbólico ao ato de entrega da urna de um governador ao outro, representando um gesto de união entre os estados. Seguindo a programação, a urna imperial visitou as capitais e territórios brasileiros nas seguintes datas e ordem:

⁸ O termo “comunidade imaginada” se refere ao conceito elaborado pelo historiador Benedict Anderson (2008).

Imagen 1 – Calendário da Peregrinação dos Despojos

| Mês | Partida | | Chegada | | Permanência |
|----------|-----------------|----|-----------------|----|-----------------------|
| Abril | Rio | 25 | Rio | 22 | 23-24 |
| | | 29 | P. Alegre | 25 | 25-26-27-28 |
| | | | Florianópolis | 29 | 29-30 |
| Maio | Florianópolis | 01 | Curitiba | 01 | 01-02-03 |
| | Curitiba | 04 | Niterói | 04 | 04-05 |
| | Niterói | 06 | Vitória | 06 | 06-07 |
| | Vitória | 08 | Aracaju | 08 | 08-09 |
| | Aracaju | 10 | Maceió | 10 | 10-11 |
| | Maceió | 11 | Recife | 11 | 11-12-13-14-15-16 |
| | Recife | 17 | F Noronha | 17 | 17 |
| | F. de Noronha | 18 | Salvador | 18 | 18 a 04 Jul |
| | | | | | |
| Julho | Salvador | 05 | João Pessoa | 05 | 05-06 |
| | João Pessoa | 07 | Natal | 07 | 07-08 |
| | Natal | 09 | Fortaleza | 09 | 09-10 |
| | Fortaleza | 11 | Teresina | 11 | 11-12 |
| | Teresina | 13 | Belém | 13 | 13-14 |
| Julho | São Luis | 15 | Belém | 15 | 15-16-17-18 |
| | Belém | 19 | Macapá | 19 | 19-20 |
| | Macapá | 21 | Boa Vista | 21 | 21-22 |
| | Boa Vista | 23 | Manaus | 23 | 23-24-25-26 |
| | Manaus | 27 | Rio Branco | 27 | 27-28 |
| | Rio Branco | 29 | P. Velho | 29 | 29-30 |
| | | | | | |
| Jul/ago | Porto Velho | 31 | Cuiabá | 31 | 31-01 |
| Agosto | Cuiabá | 02 | Goiânia | 02 | 02-03 |
| | Goiânia | 04 | Brasília | 04 | 04-05-06-07 |
| | Brasília | 08 | B. Horizonte | 08 | 08-09-10-11-12-13-14- |
| | Belo Horizonte | 16 | Rio | 16 | 15 16 até 04 set |
| Setembro | Rio | 05 | Pindamonhangaba | 05 | 05 |
| | Pindamonhangaba | 06 | São Paulo | 06 | para sempre |

Fonte: Almeida (2009, p. 259).

Em resumo, a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil realizado no ano de 1972 foi pensada de modo que envolvesse não só a capital do país, mas todos os estados brasileiros e com o maior índice de participação possível. Com o intuito de promover a união nacional foi realizada a solicitação dos despojos de Dom Pedro I ao governo português. O pedido, como visto anteriormente, foi atendido e a urna imperial chega ao Brasil no dia 22 de abril.

Iniciada em 25 de abril, a peregrinação dos despojos pelos estados brasileiros simbolizava a unidade nacional e a união entre os estados do país. A "comunidade imaginada" pode ser percebida no evento de 1972, pois tinha como objetivo fomentar um sentimento de pertencimento ao coletivo, mesmo que os integrantes de tal nação nunca tenham se encontrado pessoalmente. Para os militares, a exaltação de um passado de glória também servia para legitimar o regime autoritário e as opressões daquele período, além de construir uma narrativa histórica com o intuito de reforçar a identidade nacional e a coesão sob o regime.

1.2. Os despojos imperiais: A peregrinação pelo Brasil

Considerando a quantidade de estados aos quais os despojos visitariam e onde ficariam expostos, é possível imaginar a grande movimentação por trás do evento para seguir o itinerário elaborado com precisão. Indo de norte a sul, cada local que recebeu o esquife funerário cumpriu o ceremonial proposto pela Comissão Executiva Central (CEC), que detalhava cada passo que deveria ser seguido a partir da chegada da comitiva em cada destino, o que incluía, segundo Antônio Correa (1972), a recepção dos despojos no aeroporto pela Comissão Executiva de cada estado, seguido do desembarque da urna e transferência para uma viatura aberta⁹ – Militar, Corpo de Bombeiros ou carroça – em que, seguido de cortejo, rumaria para o local no qual seria exposto, podendo ser a Praça Pública em frente ao Palácio do Governo ou a Catedral da cidade.

Posteriormente, ao chegar ao local da exposição, ficou decidido que aquele seria o momento em que os despojos receberiam as honras militares reservadas a um chefe de estado. Em sequência, o governador do estado anterior ou seu representante entrega a urna¹⁰ ao governador da cidade em questão, após breve discurso. Após estas solenidades, “[...] o presidente da Comissão Executiva do Estado ou território que entregou os despojos, lia a Ata de Entrega, que era assinada pelos dois governadores presentes. Recebidos os despojos, eram expostos à visitação pública” (Correa, 1972, p. 58).

Assim, iniciava-se o período em que o esquife funerário ficava em exposição aberta ao público em geral. O começo da peregrinação, no dia 25 de abril, ocorreu no extremo sul do Brasil, no Rio Grande do Sul, com a chegada, em Porto Alegre, capital do estado, da Força Aérea Brasileira (FAB)¹¹, responsável por conduzir os despojos imperiais por todo o território nacional. Segundo Janaina Cordeiro (2012a):

O estabelecimento e a exigência da execução detalhada de tais procedimentos possibilitava, para além de um efetivo controle da programação estabelecida pela CEC, uma espécie de teatralização do espaço público festivo, a suspensão do cotidiano e a substituição do tempo rotineiro por um tempo extraordinário, o tempo da festa, da comemoração, no qual toda a sociedade deveria estar voltada para o evento. Nesse sentido, a ritualística que envolvia a chegada, visitação e partida dos despojos do imperador em cada capital permitia aos

⁹ Adjovanes Almeida (2009, p. 212), relata que “O transporte do esquife do aeroporto para o local do recebimento (e vice-versa) ocorreria sempre em veículo oficial, que levaria, além dos despojos, somente o motorista e o representante da organização nacional do evento. A normativa proibia expressamente o deslocamento das cinzas do ‘local de recebimento’ para outro lugar diferente do aeroporto de partida”.

¹⁰ Além de receber a urna contendo os despojos imperiais, a Comissão Executiva Central entregou a todos os governadores dos estados e territórios um busto de bronze de Dom Pedro I, com o objetivo de homenagear o fundador do império nas exposições.

¹¹ Segundo Janaina Cordeiro (2012a), a bordo da aeronave estariam presentes, além da tripulação, um representante da Comissão Executiva Central (CEC) e uma comitiva de até cinco membros, liderada pelo governador ou por seu representante, encarregada de realizar a transferência oficial do esquife entre os estados.

indivíduos, em todos os cantos do país, se reconhecerem como membros de uma coletividade (Cordeiro, 2012a, p. 70).

Assim, os despojos chegam a Porto Alegre conforme o programado e, após o desembarque, seguem em uma carruagem¹² para o Palácio Piratini, local onde permaneceriam em exposição por mais três dias, partindo em seguida para Florianópolis. O número de visitantes ao local se mostrou “[...] um público recorde [...]: em quatro dias o esquife imperial foi visitado por 61.898 pessoas, sendo além das 5.400 do primeiro dia, 9.421 no segundo, 18.753 no terceiro e no último dia, 28.324 visitantes” (Cordeiro, 2012, p. 71).

Posteriormente, a comitiva que acompanhava os despojos rumou para a capital de Santa Catarina e em seguida para Curitiba, capital do Paraná, que coincidentemente desembarcou na cidade no dia 1 de maio – Dia do Trabalhador – o que colaborou para garantir a presença do público. De acordo com Janaina Cordeiro (2012a), as ruas foram divididas entre populares e estudantes que seguravam bandeiras do Brasil, estandartes de suas escolas ou cartazes em que se podia ler: “Dom Pedro voltou para casa”. A questão do apoio popular ou da falta dele é discutida por Adjovanes Almeida (2009), quando o autor observa que:

Durante o regime militar, a propaganda política foi praticada com maior intensidade durante o governo Médici que, a despeito de ter sido o mais repressivo, também desfrutou de apoio popular. Tal contradição, entretanto, pode ser elucidada a partir do momento em que se percebe a ação da censura (política e de costumes), que atingia, além do noticiário, também a produção cultural do país. Outro aspecto que ajuda-nos a compreender o apoio popular desfrutado pelo governo Médici consistiu, ainda, na repressão aos opositores, que procurava neutralizar quaisquer ações contrárias ao regime militar. Ao mesmo tempo, a popularidade desfrutada pelo general Médici pode ser associada ao vertiginoso crescimento da economia brasileira durante o período em tela, momento em que a classe média obteve substanciais ganhos financeiros, além de conseguir o acesso a bens de consumo duráveis, em especial a casa própria, o automóvel e a televisão (Almeida, 2009, p. 49).

Portanto, uma parcela da população presente nas celebrações do Sesquicentenário, que expressava seu apoio ao regime ditatorial, pode ser caracterizada como aquela que, durante esse período, se beneficiava das vantagens proporcionadas pelo Milagre Econômico. Por outro lado, os setores opositores ao regime eram silenciados por meio de perseguições e intensa repressão promovida pelo governo Médici. Contudo, o apoio exclusivo da parte favorável ao regime não seria suficiente para representar toda a mobilização pública desejada ao longo da peregrinação dos despojos.

¹² Segundo Adjovanes Almeida (2009), “[...] a urna mortuária foi transportada por uma carruagem do período monárquico pertencente à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e, ao longo do trajeto [...], bandas marciais executavam os hinos da Independência, do Brasil e de Portugal” (Almeida, 2009, p. 216).

Com isso em mente, foram elaboradas diversas estratégias para assegurar a participação de um número maior de cidadãos nos eventos de 1972, o que envolvia, a liberação de alunos das aulas e a pressão sob os trabalhadores para que todos se fizessem presentes nas celebrações de sua cidade.

Conforme Adjoyanes Almeida (2009), os sindicatos se juntaram às comemorações oficiais, incentivando seus associados a comparecerem em peso às festividades. As celebrações do Sesquicentenário, que incluíam discursos, execução do Hino Nacional, distribuição de brindes e apresentações de artistas do circo, da televisão e do rádio, eram promovidas como uma oportunidade para os trabalhadores, acompanhados de suas famílias, demonstrarem seu “amor à Pátria”.

Em São Luís, capital do Maranhão, também se observa essa movimentação, para garantir o maior público possível na recepção aos despojos imperiais na cidade, através de publicação de jornal da cidade ao informar que “Atendendo recomendações da Delegacia Regional do Trabalho, comércio e indústria não deverão funcionar hoje, o mesmo ocorrendo com várias repartições” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.622, 13 de julho de 1972, p. 1). Algo similar também ocorreu em Salvador, onde o funcionamento das repartições públicas foi encerrado antes do horário habitual, a fim de permitir que os servidores pudessem acompanhar o cortejo, conforme observado por Adjoyanes Almeida (2009).

O interesse do empresariado nacional em colaborar com o bom andamento das comemorações cívicas é evidente e não se limita ao ano de 1972. Desde o golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar no Brasil, muitos empresários demonstraram apoio irrestrito à nova ordem política. Essa postura pode ser explicada pela busca de benefícios oferecidos pelo regime, além da afinidade com os valores militares, conservadores e autoritários na política e nos costumes, e convenientemente liberais na economia.

O termo “consenso”, amplamente utilizado por Janaina Cordeiro (2012a), reflete a ideia de que o regime militar conseguiu se consolidar no país ao se posicionar como representante de valores e tradições caros ao imaginário coletivo nacional. Ademais, o chamado “milagre econômico”, ao atingir o auge da economia, fomentou uma conformidade em relação ao regime. Esse desenvolvimento econômico, apesar das consequências futuras, permitiu atender às expectativas construtivas, patrióticas e nacionalistas da população naquele momento, fortalecendo a aceitação do sistema vigente por uma parcela da população. Para Giacomo Sani (1992), o termo consenso pode ser definido como:

A existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade (Sani, 1992, p. 240).

Dessa forma, fica evidente a presença de ideais compartilhados entre a ditadura e o empresariado, algo perceptível na troca de benefícios que sustentava essa aliança, como evidencia Costa e Silva (2018), ao relatar que tanto na cidade quanto no campo, as elites civis acreditavam ser necessário reprimir, disciplinar, submeter e aumentar a produtividade dos trabalhadores, com o objetivo de permitir uma maior acumulação de riqueza e preservar os privilégios já existentes. Para tanto, contavam com a força repressiva proporcionada pelos militares, assim como, os militares consideravam o empresariado um aliado crucial, capaz de viabilizar financeiramente as estruturas essenciais para o golpe e a continuidade do regime. Com isso, visando demonstrar apoio a comemoração cívica organizada pelo governo, o empresariado local de vários estados buscou atender as recomendações, liberando seus funcionários para garantir grande público aos eventos.

Ademais, as escolas foram encaradas como locais destinados à mobilização de seus estudantes, desde a primeira cidade a ser visitada, de modo a garantir a presença de mais pessoas durante as homenagens ao Sesquicentenário da Independência. Desse modo, com a chegada do esquife imperial em Porto Alegre, “[...] as escolas situadas em um raio de até 2 km do percurso feito pelo cortejo receberam instruções para “postar-se ao longo do trajeto com os alunos uniformizados e acompanhados das professoras e portando bandeirinhas” (Almeida, 2009, p. 216).

Processo semelhante pode ser observado no estado de São Paulo, onde visando alcançar a participação do maior número possível de estudantes nas comemorações cívicas de 1972, “[...] as autoridades educacionais paulistas (nos âmbitos estadual e municipal) decretaram recesso das aulas em todos os níveis da Educação Básica (isto é, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) nos dias 8 e 9 de setembro de 1972” (Almeida, 2009, p. 208).

Outras estratégias também foram adotadas com o intuito de garantir que a massa popular se fizesse presente em outros eventos nacionais, como foi o caso do Encontro Cívico realizado em todo o país. No Rio de Janeiro, buscando alcançar um alto número de espectadores no evento de abertura das festividades de 1972, além de ser fornecido centenas de ônibus para transportar estudantes gratuitamente ao local do evento, uma

partida de futebol foi utilizada para incentivar a população a se fazer presente, reunindo os times de Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco da Gama, de acordo com Adjovanes Almeida (2009). Da mesma forma, em estados como São Paulo a entrada aos locais de realização do evento era gratuita e havia a distribuição de bandeiras do Brasil ao público para tornar o ideal de civismo ainda mais presente e significante.

Diante disso, percebe-se que o “grande público” ao qual as propagandas do regime tão orgulhosamente se referem, muitas vezes era composto por pessoas conduzidas de seus respectivos trabalhos para os eventos, assim como estudantes guiados pelas instituições de ensino a se fazerem presentes, do mesmo modo, que também compareceram pessoas “[...] convencidas pelos argumentos da CEC e pela propaganda institucional sobre as comemorações do Sesquicentenário” (Almeida, 2009, p. 225).

Porém, os relatórios a respeito do andamento das celebrações em alguns estados nem sempre contaram com um resultado positivo. Em alguns casos, como na Bahia, a recepção aos despojos e o período de visitação passaram quase que despercebidos pela população local. Cabe aqui lembrar, que quando a independência foi declarada por Dom Pedro I em 1822, nem todas as províncias estavam de acordo com a nova designação política e muitas se mantiveram fiéis a Portugal, sendo o caso do estado da Bahia, que passou por um longo processo de adesão, que:

Ao contrário de uma versão predominante de modo difuso no senso comum, na memória histórica oficial e em boa parte da difusão didática, a Independência do Brasil não foi uma dádiva nem se fez de forma pacífica, muito menos resolveu-se entre agosto e outubro de 1822 no Rio de Janeiro e São Paulo. Um dos episódios cruciais da história do Brasil neste momento foi a guerra da Independência na Bahia, que durou um ano e quatro meses, isto é, de fevereiro de 1822 a julho do ano seguinte (Tavares, 2005, p. 13).

Segundo Luís Tavares (2005), enquanto o Rio de Janeiro se mostrava cada dia mais desobediente aos comandos dados pela Corte e, dessa forma, fortalecia o governo de Dom Pedro I, na Bahia a subordinação da junta de governo provisório à Corte era intensa, e a região se orgulhava por não reconhecer o governo de Dom Pedro. Assim, ao ser proclamada a declaração da independência por Dom Pedro, tem início ao longo processo de resistência a adesão na Bahia tendo seu desfecho somente no ano seguinte, em 2 de julho de 1823¹³.

¹³ Com o bloqueio do porto decretado pelo almirante Thomas Cochrane, o local ficou impossibilitado de receber suprimentos alimentícios e reforço militar, devido a isso, os portugueses que ali estavam “[...] na manhã de 2 de julho de 1823, embarcaram para Portugal, deixando os vitoriosos brasileiros entrar sem oposição na capital baiana naquela mesma tarde” (Kraay, 2006, p. 317).

Sendo assim, em 1972, a Bahia assim como outras regiões que em tempos passados resistiram a implantação do novo sistema político, não estava de fato comemorando 150 anos de independência em 1972, o que, para alguns populares, tornava a comemoração estranha para quem fazia jus ao tradicional feriado de 2 de julho. Janaina Cordeiro (2012a) se aprofunda no assunto ao abordar como a maneira com que o povo baiano recorda e interpreta sua história de independência e adesão influencia sua relação com o evento do Sesquicentenário. Enquanto a maioria das capitais tem uma memória da independência mais alinhada à figura de Dom Pedro, a Bahia, devido à sua história de resistência e suas tradições locais, não estabelece uma conexão com o imperador, o que resulta em um interesse limitado nos despojos e no simbolismo que ele carregava naquele momento, assim “[...] a Bahia [...], podia até se reconhecer, em 1972, na euforia comemorativa dos tempos do Milagre, mas continuava não se reconhecendo no oficialesco 7 de setembro de 1822. Continuava preferindo a memória do 2 de julho de 1823” (Cordeiro, 2012a, p. 78).

Cientes desse desalinhamento, o governo tenta amenizar o desconforto gerado pela memória do processo da independência e se programa para que a urna imperial esteja presente na cidade no dia 2 de julho. Assim, a urna desembarca na capital no dia 18 de maio e permanece até o dia 5 de julho. Uma longa estadia que também refletia, segundo Janaina Cordeiro (2012a), o entusiasmo do governo com o estado em questão, devido ao seu crescimento e desenvolvimento, era o local que “[...] melhor refletia os números e as cores do Milagre” (Cordeiro, 2012a, p. 76). Apesar do longo período de estadia na Bahia, as visitas aos despojos foram mínimas¹⁴, se comparadas a outros locais em que os despojos permaneceram por um tempo muito inferior a esse.

Em resumo, o evento nacional realizado em 1972 em comemoração ao aniversário de 150 anos de independência do Brasil foi marcado pela peregrinação dos despojos de Dom Pedro I que seguiu um rigoroso itinerário de exibição, percorrendo vários estados. A cerimônia despertou o interesse da população em participar dos eventos programados em muitas cidades, como Porto Alegre e Rio de Janeiro, por vezes impulsionado por estratégias utilizadas para garantir a presença desse “grande público” nas cerimônias oficiais. Contudo, em estados como a Bahia, o pouco interesse parece relacionado à força de outras memórias sobre a Independência.

¹⁴ No dia 25 de maio de 1972, “[...] o jornal *A Tarde*, de Salvador, noticiava que até então, cerca de 4 mil pessoas apenas haviam assinado o livro de presenças” (Cordeiro, 2012a, p. 76).

Capítulo 2. Celebrando a Independência: Os despojos de Dom Pedro I em São Luís do Maranhão

Em 1972 o regime militar estava completando oito anos desde sua implantação no Brasil, após um golpe civil-militar. Coincidemente, no mesmo ano de comemoração do sesquicentenário da independência, o regime passava pela sua melhor fase, vivendo “[...] o auge do chamado milagre brasileiro, um período de expressivo crescimento econômico e de grande euforia nacionalista” (Borrego; Marins, 2023, p. 135). Diante desse auge, o regime buscava comemorar não somente o evento histórico, como também buscava transformar a efeméride em uma autocelebração.

Nesse sentido, toda a celebração foi pensada a partir desse propósito, festejar o momento de grande desenvolvimento do país e incentivar a celebração da pátria através de uma grande solenidade cívica. Diante do aniversário de 150 anos da independência, Dom Pedro I foi o escolhido como a figura central das celebrações, ganhando grande destaque naquele ano como o herói que tornou possível a emancipação do Brasil. Através de sua peregrinação e outras séries de eventos, o governo buscava incentivar a participação da população ao longo do ano para comemorar o “ápice econômico” possibilitado pelo regime.

A figura de Dom Pedro I foi priorizada pelo governo ditatorial quando viram na figura do antigo imperador brasileiro a oportunidade de aumentar a visibilidade de seus “grandes atos” pelo bem do país, através das festividades iniciadas em abril de 1972¹⁵. Um dos aspectos que tornaram Dom Pedro o herói da Independência foi a imagem militarizada que cercou a sua figura e que, segundo Janaina Cordeiro (2012a), visava refletir para a sociedade os preceitos da ditadura em vigor – o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência e moralidade cristã.

Inicialmente, o foco das atenções deveria girar em torno do personagem de Tiradentes por ser considerado o patrono cívico do Brasil, porém, segundo Janaina Cordeiro (2012a), o presidente Médici tinha preferência por destacar a figura de Dom Pedro I, mas devido a fama negativa que sua figura trazia seria necessário restaurar sua imagem. Dom Pedro I ficou conhecido em vida como uma pessoa irresponsável, briguenta, corrompido e péssimo marido para a imperatriz (Lustosa, 2006), por esses

¹⁵ Em 21 de Abril de 1972 - na data de comemoração ao Patrono Cívico do Brasil, Tiradentes - ocorre o Encontro Cívico Nacional, evento que reuniu todos os brasileiros, cada qual em sua capital, para ouvir o discurso de abertura das festividades proclamado pelo então presidente do país, o General Emílio Garrastazu Médici.

motivos a CEC¹⁶ ficou responsável por tornar a imagem do imperador aceitável e de acordo com os ideais, ordens e bons costumes empregados pelos militares.

Os organizadores do Sesquicentenário trabalharam com a questão da memória desde o início dos planejamentos, pois, toda a festividade não era somente comemorativa, mas também autocomemorativa, narrando o passado com vistas ao presente e futuro para transmitir seu próprio discurso e, principalmente, para se legitimar (Sosnoski, 2013). Para isso, foi necessário moldar a memória da população para legitimar sua própria versão da história e consolidar-se diante da sociedade.

Dessa forma, “[...] a partir de uma concepção de história que privilegiava os grandes heróis nacionais, foram retomadas as qualidades de um monarca forte, inteligente, audacioso, impetuoso, mas também sensível às necessidades do povo” (Cordeiro, 2012a, p.96-97). Além disso, também foi feito a recuperação da figura militarizada de Dom Pedro I para tornar mais favorável à sua identificação com as Forças Armadas, pois, deveria funcionar como um reflexo da autoridade vigente, dessa forma, “O herói” do Sesquicentenário deveria transmitir características e qualidades que pudessem ser relacionadas aos militares desse período. A mesma força, autoridade e pujança da ditadura.

Para enraizar no imaginário popular todas essas novas perspectivas, foram utilizados fortemente os jornais com publicações frequentes sobre o passado do imperador e sua presente peregrinação através dos seus despojos pelos estados do Brasil. Segundo Pierre Nora (1993), enraizar essa nova percepção não era uma tarefa complicada, pois o imaginário coletivo é extremamente vulnerável:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinhas revitalizações (Nora, 1993, p.9).

O propósito deste capítulo é analisar a forma como a imprensa ludovicense abordou os preparativos do principal evento do sesquicentenário no estado, assim como a forma que acompanhou a permanência dos restos mortais do imperador na cidade de São Luís, em julho de 1972. Para tanto, inicialmente analiso as notícias dos jornais *O Imparcial, Jornal Pequeno e Jornal do Dia*, todos com circulação em São Luís, que tratam a respeito de Dom Pedro I e seus despojos, refletindo sobre como o tema é abordado ao longo do ano. Em seguida, com base nas estatísticas levantadas, tendo como

¹⁶ Comissão Executiva Central, instituída pelo decreto no 69. 922 de 13 de janeiro de 1972.

fundamento o período de publicação das manchetes, realizei uma análise do período de publicação de cada notícia, levando em conta os intervalos que apresentam os maiores picos de publicações. Por último, utilizando o Fundo do Sesquicentenário, discuto sobre alguns processos da organização do Sesquicentenário em seus bastidores; o conteúdo é composto, em sua maioria, por correspondências trocadas entre os organizadores da festividade, planejando em detalhes os eventos que ocorreriam no Maranhão, com ênfase ao principal deles, a chegada e permanência dos despojos de Dom Pedro I por 3 dias no centro da cidade.

2.1. A imprensa de São Luís: Uma análise da relação com os despojos

Com a chegada dos despojos no Rio de Janeiro em abril de 1972, o evento mais aguardado do ano tinha seu início. Seguindo as instruções da CEC, todos os lugares que receberiam a urna seguiram um rigoroso protocolo que estabelecia cada detalhe para o recebimento do evento, atribuindo as mesmas características a todos os lugares pelos quais passaram¹⁷. Entre as capitais pelas quais os despojos permaneceram em exposição, estava São Luís, capital do estado do Maranhão que, nesse período, possuía como principais jornais em circulação o *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* e o *Jornal do Dia* que, antes mesmo do início das celebrações, já realizavam publicações anunciando os futuros eventos e divulgavam os detalhes das solenidades em planejamento.

Antes de prosseguir, destaco a importância do uso dos periódicos ludovicense como fonte nessa pesquisa devido a forma como foram usados pelo governo como meio de divulgação dos seus preceitos e suas perspectivas em relação ao período da independência. Pois, a divulgação realizada pelos jornais foi de suma importância para concluir o objetivo inicial da comemoração: anunciar as festividades e com isso, alcançar grande parte da população e garantir a presença do brasileiro em meio aos eventos que ocorreriam por todo o território nacional. Não por acaso, ao final da introdução do seu relatório, o general Antônio Correa agradece “A inestimável participação do empresariado nacional e a excelente publicidade da imprensa, do rádio e da televisão, que acompanhou de momento a momento o desenvolvimento das comemorações” (Correa, 1972, p. 8).

¹⁷ Segundo Janaina Cordeiro, tudo isso foi pensado para “[...] conferir unidade, de sacralizar cívicamente o tempo e o espaço em que as comemorações teriam lugar a partir da repetição ritual de determinados eventos e cerimônias” (Cordeiro, 2012a, p.69).

O *Jornal Pequeno* foi fundado em 1947 com o nome *O Esporte*. Sua proposta original era circular semanalmente aos domingos, focando exclusivamente em notícias esportivas locais e nacionais. No entanto, em 1951, por questões financeiras, seu fundador, José Ribamar Bogéa, decidiu mudar para publicações diárias e ampliar o foco do jornal, adotando uma abordagem mais informativa e que propalava assumir um compromisso com o povo maranhense e a veracidade dos fatos, conforme menciona Leina Goés (2022). De acordo com Cleydiane Feitosa, o nome do jornal foi alterado para *Jornal Pequeno* “[...] por ter um diferencial no tamanho comparado aos outros jornais em circulação, medindo 29 x 33 cm e quatro páginas” (Feitosa, 2019, p. 83).

Segundo Araújo Neto (2016, p. 46), cinco dias após o golpe civil-militar ocorrido em 1964, os editores do jornal publicam uma nota no qual afirmam que “A vida brasileira, sofreu um impacto violento caindo na anarquia. A ambição de poder dos grupos da direita cujos os interesses chocam entre si arrastou a Pátria à desordem social”. Deixando, desse modo, muito claro sua perspectiva em relação ao recente regime implantado, porém, esse ato gerou consequências quando Ribamar Bogéa, diretor e proprietário do jornal, é chamado ao 24º batalhão de São Luís para prestar esclarecimentos sobre as recentes publicações do periódico, como informa o próprio jornal em “Nota da Redação”, no mesmo texto é declarado que:

Colaborando com aqueles que desejam ver a paz reinar em todos os recantos deste país, a direção do Jornal Pequeno achou por bem impedir temporariamente a publicação de quaisquer comentários políticos, sejam da direita, da esquerda ou do centro, inclusive os assinados, limitando-se nesta folhas nesses dias, a divulgar apenas reportagens e informações da cidade, do país e do exterior para que os nossos leitores tenham conhecimento do que ocorre em todos os recantos do Mundo (*Jornal Pequeno*, 6 de abril de 1964, p.1 apud ARAÚJO NETO, 2016, p. 47).

A partir desse momento, as críticas dirigidas ao novo governo foram interrompidas e os colunistas optaram por seguir publicando sem novos questionamentos ao novo regime, como aponta Araújo Neto (2016). Assim, era o único jornal que se declarava como apartidário, servindo como um representante da opinião pública em meio a vários outros órgãos de imprensa abertamente governistas.

O jornal *O Imparcial* surgiu em maio de 1899 na capital do Maranhão, mas logo faliu. Seu retorno se dá em 1926, com a compra e investimento do político e jornalista José Pires Ferreira, juntamente com seu irmão João Pires. Inicialmente, a pretensão do jornal, como o próprio nome sugere, era se apresentar como imparcial em suas notícias e sem comandos político-partidários, porém, essa ideia inicial muda com a adesão aos *Diários Associados*, grupo de empresas de mídia comandado pelo empresário, jornalista

e ex-senador Assis Chateaubriand em outubro de 1944. A partir de então, os interesses políticos-empresariais tornaram-se mais evidentes e começaram a ganhar destaque na abordagem das notícias. Após o Golpe Civil-Militar o jornal, que desde 1944 já deixava explícito seu posicionamento político, manteve suas opiniões em evidência e, naquele momento:

[...] apoiou o golpe e a ditadura empresarial-militar orientado pelo intelectual orgânico Assis Chateaubriand, que tinha grande atuação nos meios de comunicação e na política, ou seja, transitava tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Na poderosa campanha e no governo de Sarney, sua aliança com o governo federal é apresentada com a possibilidade de “progresso” para o Maranhão. [...] (Bittencourt, 2016, p. 76).

Dessa forma, o apoio ao governo e suas ações são evidentes ao longo da leitura de suas edições. Semelhante a isso, *O Jornal do Dia* é lançado em 1953, fundado pelo ex-deputado federal Alberto Aboud; posteriormente, em 1973, foi adquirido pelo ex-governador do Maranhão, José Sarney, e pelo poeta Bandeira Tribuzzi¹⁸ (Cunha, 2018). O então deputado federal Clodomir Millet assume a direção do jornal em 1967, fato que aproxima o periódico ainda mais da ditadura empresarial militar. Ao longo dos anos sua participação na política brasileira e maranhense é visível, mantendo certa aproximação política com figuras como José Sarney, conforme relata Luiz Moraes (2022). Durante a leitura das suas edições é possível perceber um discurso que valida o regime militar através do uso de expressões como “revolução de 64” e críticas ao comunismo, tornando o jornal um verdadeiro instrumento para perdurar os ideais políticos do então regime.

Através das informações relativas a cada um dos jornais utilizados como fonte nesta pesquisa, torna-se viável proceder a uma análise minuciosa das notícias por eles veiculadas. Essa abordagem permite não apenas uma compreensão mais completa do conteúdo veiculado, mas também a identificação das nuances e tendências editoriais presentes em cada um deles. Assim, é possível identificar o posicionamento de cada periódico, considerando fatores como a escolha das pautas, a linguagem usada, o conteúdo em si, assim como o contexto no qual todo o evento estava acontecendo.

No *Jornal Pequeno* foram encontradas 9 (nove) notícias no período entre 22 de março de 1972 a 15 de julho de 1972, apenas sobre os despojos de Dom Pedro I. A primeira publicação sobre o tema leva a manchete *Escolta dos Restos Mortais de D. Pedro I a Caminho de Lisboa*¹⁹, nesta matéria o periódico informa ao leitor que a força-tarefa

¹⁸ Momento em que o nome do jornal é alterado e passa a circular em São Luís como *O Estado do Maranhão*.

¹⁹ *Escolta dos Restos Mortais de D. Pedro I a Caminho de Lisboa. Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.513, 22 de março de 1972, p.3.

da marinha brasileira responsável por escoltar o translado dos restos mortais de D. Pedro já havia partido, juntamente com o presidente português, Américo Tomaz, com chegada em solo brasileiro prevista para 22 de abril, no Rio de Janeiro. A partir de então, segue-se notícias básicas a respeito da movimentação da urna funerária, como por exemplo uma pequena nota com o título *D. Pedro inicia peregrinação*, com a informação de que “Porto Alegre está recebendo hoje, os restos mortais de Pedro I. O imperador inicia assim sua peregrinação por todos os Estados do país” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.545, 26 de abril de 1972, p. 3).

As publicações do jornal permanecem nesse estilo objetivo de pauta pelos meses que antecedem à peregrinação, com manchetes como *Dia 13 de julho, chegada de Dom Pedro I a São Luís*, em que confirma ao leitor a chegada do esquife funerário no dia 13 de julho, que “[...] depois de mais de um século em Portugal, visita agora, em restos mortais, todas as capitais do país” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.558, 12 de maio de 1972, p.7). Além disso, a matéria *Recepção a D. Pedro I em seus restos mortais*²⁰ descreve o processo de chegada e deslocamento da urna por São Luís acompanhada de perto pelo povo e autoridades até o Quartel do 24-BC, onde foram prestadas as honras devidas a um chefe de estado.

Nas datas de 13 a 15 de julho, espaço de tempo em que a urna mortuária permaneceu em São Luís, somente duas reportagens são publicadas; uma delas, no dia 13, intitulada *D. Pedro Volta Para Casa*, informa todo a movimentação da chegada da urna na capital maranhense em um avião Búfalo da FAB no qual, “[...] antes de iniciar a operação desembarque, o Governador do Piauí dirigir-se-á à Tribuna, proferindo breve oração, formalizando, em público, a entrega dos despojos do Imperador ao Governador do Maranhão. Em seguida, Pedro Neiva falará agradecendo” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.545, 26 de abril de 1972, p.3). Após tais solenidades, os despojos seguiram em cortejo até a catedral metropolitana, onde ficaram em exposição até o dia 15 de julho de 1972, data na qual é lançada a última notícia a respeito dos despojos com a manchete *Dom Pedro I deixa S. Luís*, e que informa sobre a partida da urna de São Luís para Belém do Pará, expondo que:

Está marcada para as 9:30 horas de hoje a partida dos despojos de D. Pedro I para Belém do Pará, após uma permanência de 63 horas em São Luís recebendo inúmeras homenagens do povo maranhense, ao ensejo do Sesquicentenário da Independência, da qual foi ele o proclamador. [...] Até meio dia de ontem, cerca

²⁰ *Recepção a D. Pedro I em seus restos mortais*. *Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.621, 12 de julho de 1972, p.1.

de cinco mil pessoas haviam visitado a urna contendo os despojos de D. Pedro I (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.624, 15 de julho de 1972, p.1).

Ao longo das páginas de qualquer periódico, além das notícias corriqueiras, também é comum encontrar anúncios de empresas públicas/privadas pois, em sua maioria, os jornais não viviam de suas tiragem - número de exemplares impressos e vendidos – e, para se manter financeiramente, era necessário também se agarrar aos anúncios e propagandas das quais os anunciantes pagavam para serem publicados. Tendo isso em mente, é possível encontrar nos três periódicos aqui analisados homenagens a Dom Pedro, patrocinadas por Rádio Difusora, Hotel Central e Lord Hotel, Empresas maranhense de mineração S/A, Supermercados Sudenveste, Supermercado Lusitana, CEMAR (Centrais Elétricas do Maranhão S/A), Banco do Brasil, entre outros.

Porém, ao contrário de *O Imparcial* e do *Jornal do Dia*, os anúncios presentes nas edições de 1972 do *Jornal Pequeno* destacam-se, em sua maioria, como homenagens feitas por diversas prefeituras do Maranhão ao imperador. Como já observado, o *Jornal Pequeno* não era o mais alinhado ao governo vigente e, talvez, o recurso a anúncios de prefeituras fosse um mecanismo para suprir a falta de recursos no patrocínio do jornal. Observou-se que, os outros dois jornais analisados eram repletos de anúncios do empresariado local e nacional; jornais que continuamente reforçaram seu apoio à ditadura implantada no país e aos ideais difundidos no Sesquicentenário.

Esses anúncios, publicados ao longo do ano no *Jornal Pequeno*, não só demonstram respeito e gratidão, mas também mostram a intenção das prefeituras de fortalecer e manter laços com a ditadura em vigor, assim como enaltecer a figura imperial escolhida pelo governo como o destaque das festividades. Entre as homenagens publicadas no periódico encontra-se a da prefeitura de São Bernardo (MA), em que é declarado que:

O município de São Bernardo, por seu Prefeito Municipal, autoridades representativas e o povo em geral, solidariza-se às homenagens que nesta data se presta a Sua Majestade Imperial D. Pedro I, em seus despojos, durante os dias de permanência na Capital do Estado. Participando das festividades do Sesquicentenário da Independência do Brasil, comunga com o júbilo do povo brasileiro, das autoridades constituídas, reverenciando a memória daquele que se imortalizou no coração da Pátria Brasileira com o decidido e vigoroso Grito do Ipiranga (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.624, 15 de julho de 1972, p.1).

Diante dos fatos aqui apresentados, percebe-se que em sua maioria as notícias publicadas pelo *Jornal Pequeno* eram protocolares, apenas cumprindo seu dever de publicar e informar a população através de informações básicas sem ênfase a nenhum ideal. A partir do estudo das matérias selecionadas é possível perceber que, devido a

sensura imposta em 64 e a neutralidade adotada desde então, não havia tanta profundidade nas notícias veiculadas, dessa forma, a cobertura sobre os despojos de Dom Pedro I, realizada pelo *Jornal Pequeno*, apesar de informativa, mantinha uma postura pretensamente neutra e objetiva ao longo de suas matérias sobre os despojos, salvo a publicação e circulação das homenagens feitas pelas prefeituras do estado em que, apesar de não ser uma homenagem do próprio jornal, não deixa de demonstrar a influência da política mesmo em um jornal autodeclarado como neutro.

No jornal *O Imparcial* foram encontrados o total de 12 (doze) notícias que mencionavam os despojos de D. Pedro I, entre o período de 11 de março de 1972 até 15 de julho de 1972. A primeira delas foi lançada na edição do dia 11 de março, com o título *Restos Mortais de Dom Pedro Virão a São Luís*, no qual é informado ao leitor que a data de sua chegada à capital maranhense ocorreria em 13 de julho daquele mesmo ano, e que permaneceria em exposição e aberto a visitação pública. Na mesma matéria é afirmado que “As homenagens a Dom Pedro I marcarão a unidade espiritual que sempre existiu na Pátria brasileira, no presente como no passado, e a dominante influência de Dom Pedro na manutenção da unidade política do país” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.348, 11 de março de 1972, p.10).

Diante disto, observa-se que desde a primeira vez que o jornal trata a respeito dos despojos já é evidenciado a ideia de unidade espiritual da nação, um ideal amplamente divulgado pela ditadura militar que através de tais comemorações tenta apagar um passado marcado por divergências políticas, e um presente de opressão e miséria.

Mais adiante, outras notícias são veiculadas, com títulos como: *Restos Mortais de Dom Pedro I Serão Expostos na Deodoro*²¹, *Dom Pedro Voltou para Ficar*²², *Tudo pronto para receber Dom Pedro*²³, *Dom Pedro I Chega Amanhã ao Maranhão*²⁴. Nesses exemplos, percebe-se que, em sua maioria, as matérias recebem o destaque da primeira página, mostrando a grande importância e interesse que se tinha pelo assunto. Em publicação feita no dia 8 de junho a manchete *Avião trazendo Pedro I chega dia 13 em nossa capital* destaca a presença de delegações municipais em meio aos festejos que ocorreriam na capital e durante a chegada dos restos mortais, “[...] para prestar seu culto cívico à memória do proclamador de nossa independência, virão a esta capital delegações

²¹ *Restos Mortais de Dom Pedro I Serão Expostos na Deodoro*. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.355, 19 de março de 1972, p. 2.

²² *Dom Pedro Voltou para Ficar*. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.384, 23 de abril de 1972, p.1.

²³ *Tudo pronto para receber Dom Pedro*. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.535, 08 de julho de 1972, p.1.

²⁴ *Dom Pedro I Chega Amanhã ao Maranhão*. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.538, 12 de junho de 1972, p.1.

dos diversos municípios maranhenses” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.510, 8 de junho de 1972, p.3).

Além disso, o periódico destaca que, ao chegar no aeroporto do Tirirical, o esquife seria recepcionado com as honras militares prestadas somente a autoridades e classes militares. No período de 13 a 15 de julho, datas que correspondem a estadia dos despojos em São Luís, cinco reportagens são publicadas exclusivamente sobre os despojos. Entre elas, a manchete *O simbolismo da visita de Pedro*, em que é declarado que:

Não se faz história sem a contribuição dos mortos. E é, sem dúvida, por isso que já se disse que os mortos governam os vivos, porque deles o número é maior. As homenagens que o Brasil inteiro vem prestando ao imperador Pedro I neste ano do sesquicentenário da nossa Independência tem esse sentido. E são, realmente, merecidas, porque Pedro fez uma opção corajosa no “fico” escolhendo o Brasil (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.539, 13 de julho de 1972, p.1).

Como já observado, diferente do *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* adotou outra abordagem dos fatos e destacava fortemente a figura do militar como participante ativo das festividades do Sesquicentenário, presença constante nas cerimônias ao lado da urna funerária. Para corroborar esta afirmação, é possível notar o destaque que o periódico dá à presença militar durante a passagem do evento pela cidade, sendo um exemplo disso, a publicação do dia 8 de junho de 1972, com o título *Avião Trazendo Pedro I Chega Dia 13 em Nossa Capital*. Aqui, destaco o seguinte trecho da notícia “Durante sua permanência em São Luís, a urna contendo os restos mortais de Dom Pedro I terão vigilância de uma Guarda de Honra integrada por militares das três Forças Armadas”²⁵.

A notícia do dia 12 de julho de 1972, também destaca a figura das três Forças Armadas nacionais ao longo do período de exposição ao público, em notícia sob o título *Restos Mortais de Dom Pedro I chegam amanhã*. Destaco o seguinte trecho “Em torno da urna, constituindo uma guarda de honra, soldados do Exercito, Marinha e da Polícia Militar do Estado ficarão postados todo o tempo, enquanto os imperiais despojos permanecerem expostos a visitação”²⁶.

Mantendo esse tipo de pauta, outras matérias continuam dando visibilidade a permanente presença militar ao lado da urna, como: *Dom Pedro I chega amanhã ao Maranhão*²⁷ e *Dom Pedro vai chegar e terá seu busto*²⁸.

²⁵ Avião trazendo Pedro I chega dia 13 em nossa capital. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.510, 08 de junho de 1972, p. 3.

²⁶ Restos Mortais de Dom Pedro I chegam amanhã. *O Imparcial*, nº 17.538, 12 de julho de 1972, p. 12.

²⁷ Dom Pedro I chega amanhã ao Maranhão *O Imparcial*. São Luís, nº 17.538, 12 de julho de 1972, p.1.

²⁸ Dom Pedro vai chegar e terá seu busto. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.508, 06 de junho de 1972, p. 2.

Diante dos exemplos apresentados, é possível perceber a constante tentativa do periódico de vincular a figura de Dom Pedro I às forças armadas, buscando criar, no imaginário coletivo, a associação entre a figura militarizada de Dom Pedro, aquele que obteve a sonhada independência para o Brasil e o governo militar de então, que demonstrava através daquele grandioso evento o desenvolvimento que trouxera ao Brasil. Assim, o então governo buscava legitimar suas ações autoritárias e consolidar sua autoridade, através da peregrinação do “herói da Pátria” D. Pedro I, como explica Adjoyanes Almeida (2009):

Ainda objetivando associar a comemoração de 1972 à ditadura militar, Luís F. Cerri indica que a figura de d. Pedro I legitimaria o autoritarismo então vigente, assim como as ideias de “integração nacional e de uniformidade ideológica”, expressas com a viagem realizada pela urna mortuária com os restos mortais do primeiro imperador pelo território nacional (Almeida, 2009, p. 68).

No dia 15 de julho de 1972, data correspondente ao dia da partida da urna de Dom Pedro para o próximo estado que o receberia para exposição, é publicada a matéria que destaca no título *Milhares de pessoas já viram D. Pedro*²⁹, encerrando o evento e salientando a forte presença do público ao longo dos dias em que os despojos permaneceram em exposição em São Luís. Ao longo da matéria lê-se que, segundo o livro de registros, que permaneceu ao lado da urna, em que os visitantes registravam seus nomes, já haviam passado pelo local em torno de cinco mil pessoas, além disso, é relatado a entrega de um busto em bronze do imperador para o governador do Maranhão, Pedro Neiva de Santana, que permaneceu ao lado da urna na Catedral Metropolitana.

No *Jornal do Dia*, após o filtro de notícias somente sobre os despojos em meio a todas as outras manchetes sobre o Sesquicentenário, foram encontrados 14 (quatorze) registros, no período entre 21 de janeiro de 1972 a 16 de julho de 1972. A primeira publicação realizada no dia 21 de janeiro com o título *Restos Mortais de D. Pedro Virão Escoltados por Torpedeiros*³⁰ informa que o navio mercante Funchal foi o escolhido para a transladação dos restos mortais de Portugal para o Brasil e que este será escoltado por contra-torpedeiros da marinha de guerra brasileira, além disso, registra que o navio contará com a presença do presidente de Portugal, almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, que fez questão de estar presente no momento solene de entrega dos despojos do imperador aos cuidados brasileiros.

²⁹ *Milhares de pessoas já viram D. Pedro. O Imparcial*. São Luís, nº 17.540, 15 de julho de 1972, p.1.

³⁰ *Restos Mortais de D. Pedro Virão Escoltados por Torpedeiros. Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.741, 21 de janeiro de 1972, p.1.

Ao analisar a data de publicação desta primeira notícia percebe-se o quanto o assunto a respeito da urna funerária estava em evidência muito antes de chegar em solo brasileiro³¹, sendo discutido meses antes do inicio oficial da comemoração. O *Jornal do Dia*, se comparado aos outros dois jornais aqui analisados, foi o primeiro a noticiar o translado dos despojos do imperador para o Brasil e o que mais forneceu detalhes a respeito. Inicialmente, confirmou a passagem dos despojos por São Luís em matéria intitulada *Confirmado: Dom Pedro I em cinzas estará em julho no Maranhão*³², em que afirma o dia 13 de julho como a data da sua chegada no Maranhão.

Como já salientado, este periódico possui um número maior de informações a respeito do evento em questão, se comparado aos outros. Um exemplo disto são as matérias *Caixão com Dom Pedro pesa 250kg e tem oito alças*³³, em que descreve a urna na qual descansam os despojos do imperador, pesando 250kg, com 2 metros de comprimento, 48 centímetros de largura e 65 centímetros de altura, e *Maçons serão os primeiros a estar com Pedro Primeiro*³⁴, em que destaca o reconhecimento às ações e liderança da maçonaria durante o processo que levou o Brasil a se tornar independente - o Grande Oriente do Brasil recebeu a honra de visitar a urna antes de todos. Os representantes e o Grão Mestre Estadual compareceram ao evento trajando os paramentos dos graus e ritos, munidos de espadas³⁵.

Noutra matéria, *A urna desce em terra brasileira*³⁶, é descrito em detalhes a cerimônia de desembarque dos despojos e as solenidades realizadas ao logo da recepção como: a execução do hino nacional de Portugal e do Brasil, uma salva de 21 tiros de canhões enquanto a urna descia em solo brasileiro diante de um público composto por importantes personalidades, seguido dos discursos dos presidentes de Portugal e do Brasil, assim como a assinatura do auto da entrega ao Brasil dos despojos de Dom Pedro. E para ilustrar a chegada da comitiva portuguesa, encontra-se ao lado da matéria uma fotografia do presidente Américo Thomas, de Portugal, em companhia de sua esposa chegando no Brasil após a viagem de translado dos despojos.

Nota-se, ainda, que além de ser o jornal mais engajado em noticiar informações a respeitos dos despojos, também incentivava a participação da população ludovicense nos

³¹ Segundo Antônio Correa (1972), o desembarque das relíquias do Imperador brasileiro ocorreu no dia 22 de abril de 1972, trazidas pelo navio Funchal.

³² *Jornal do Dia*. São Luís, nº2.695, 11 de março de 1972, p. 1.

³³ *Jornal do Dia*. São Luís, nº2.751, 21 de maio de 1972, p.12.

³⁴ *Jornal do Dia*. São Luís, nº2.720, 11 de abril de 1972, p. 9.

³⁵ *Jornal do Dia*. São Luís, nº2.795, 15 de julho de 1972, p.1.

³⁶ *Jornal do Dia*. São Luís, nº2.794, 13 de julho de 1972, s/n.

eventos da festividade, com o argumento de que era um dever da população se fazer presente como uma forma de gratidão a Dom Pedro, que permitiu que o Brasil fosse uma nação liberta, como se vê na publicação do dia 12 de julho, um dia antes da chegada da urna em São Luís, em que se lê:

150 anos depois, Dom Pedro voltou para ver a sua obra. Vá visitá-lo. Em homenagem ao Sesquicentenário da nossa independência, Portugal entregou ao Brasil os restos mortais de Dom Pedro I, nosso Imperador e Defensor Perpétuo. Vávê-los. Todos nós temos um dever de gratidão, e precisamos mostrar isso. Foi ele quem permitiu que o Brasil fosse hoje uma nação forte e livre (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.793, 12 de julho de 1972, p. 1).

Além disso, o jornal durante algumas de suas publicações tenta ratificar a ideia de um passado coletivo, utilizando Dom Pedro e a Independência para demonstrar que o Brasil sempre esteve unido, tentando apagar, dessa forma, o passado de divergências políticas que o Brasil vivenciou, além de utilizar o evento da peregrinação e outros grandes momentos programados como forma de demonstrar o desenvolvimento que o Brasil estava vivendo e a força e influência que possuíam, graças à ditadura instaurada, e assim justificar as atitudes autoritárias usadas para alcançar esses feitos.

Adjovanes Almeida (2009) discute o assunto quando relata que, com a programação do sesquicentenário, o governo tinha o objetivo de superar as divergências internas na tentativa de apaziguar a turbulência política instaurada na época do regime militar. Para tanto, era utilizado o artifício da chegada dos restos mortais do imperador brasileiro.

A integração nacional seria realizada, simbolicamente, através da viagem dos restos mortais de Sua Majestade, e, ao mesmo tempo, a homenagem ao primeiro Imperador implicaria, se não a defesa de suas ações autoritárias, pelo menos a homenagem ao Grito do Ipiranga. Ou seja, podemos supor que os militares, ao tornar d. Pedro I o “construtor” da Nação, empunhavam o discurso patriótico que, a princípio, teria a capacidade de agregar a sociedade brasileira em torno do regime militar (Almeida, 2009, p.68).

Nessa perspectiva, o *Jornal do Dia* separava notícias inteiras para heroificar a figura de Dom Pedro I e salientar “a unidade espiritual que sempre existiu na pátria brasileira”³⁷. As reportagens do período de 13 a 15 julho seguem a mesma linguagem e caráter conservador, já conhecido do periódico, exaltando a transladação de Dom Pedro I como símbolo da amizade luso-brasileira³⁸ e destacando a forte presença da população durante o trajeto da urna do aeroporto da capital para a Igreja da Sé, no centro da cidade “A concentração atingia uma verdadeira multidão, sendo D. Pedro I, saudado com

³⁷ Confirmado: Dom Pedro I em cinzas estará em julho no Maranhão. *Jornal do Dia*. São Luís n. 2.695, 11 de março de 1972, p. 1.

³⁸ A urna desce em terra brasileira. *Jornal do Dia*. São Luís, nº2.794, 13 de julho de 1972, s/n.

vibrantes palmas, canticos dos hinos nacional, maranhense e do sesquicentenário, enquanto muitas agitavam bandeiras e jogavam flores sobre o caixão”³⁹. Assim como *O Imparcial*, o *Jornal do Dia* também destaca a participação da população em meio a chegada dos despojos e durante o cortejo até o local de exposição, além de descrever a forma como a urna foi ovacionada ao chegar em frente à Igreja da Sé.

Por fim, com a partida dos despojos de São Luís o jornal publica a matéria intitulada *Restos mortais de D. Pedro seguiram ontem para Belém*⁴⁰, em que comunica a saída dos restos mortais para a próxima capital a recebê-lo, Belém do Pará, onde foi entregue diretamente ao governador daquele estado pelo vice-governador do Maranhão, Colares Moreira. A notícia também afirma que durante o período de exposição a urna foi visitada por mais de 5 mil pessoas.

Diante disso, o secretário executivo da Comissão Nacional, coronel Luiz Torres Marques, responsável por acompanhar os despojos do imperador “[...] manifestou o seu entusiasmo pela recepção do povo maranhense prestada à chegada de Dom Pedro I” (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.796, 16 de julho de 1972, p.1). Assim o jornal, mais uma vez, destaca a presença e participação da população durante o evento, declarando o processo da passagem do esquife pelo Maranhão um verdadeiro sucesso.

Diante da análise apresentada, observa-se as sutis particularidades de cada periódico aqui analisado. De fato, dentre os três jornais apresentados, o *Jornal Pequeno* se destaca como o mais distante, se comparado ao *Jornal do Dia* e *O Imparcial*, que fazem questão de demonstrar todo o apoio ao regime, respaldando os ideais empregados pelos militares, como verdadeiros aliados. Ao contrário desses, nota-se, na medida do possível, o empenho do *Jornal Pequeno* em apresentar-se como imparcial diante das circunstâncias, devido a censura ao qual foi submetido logo após a implantação do regime.

Em suma, o levantamento realizado com base nos três jornais nos permite apreender o quanto o assunto a respeito da vinda dos despojos de Dom Pedro I para o Brasil e sua peregrinação por todo o território nacional estava em evidência, sendo destaque nos noticiários antes mesmo da sua chegada no Rio de Janeiro em abril de 1972, e também durante os dias em que ficou em exposição na capital do Maranhão, mostrando que, mesmo com as particularidades de cada periódico, os despojos de Dom Pedro foi um

³⁹ Governo e povo vibram na recepção a D. Pedro. *Jornal do Dia*. São Luís. n. 2.795, 15 de julho de 1972, p. 1.

⁴⁰ *Jornal do Dia*. São Luís. n. 2.796, 16 de julho de 1972, p. 1.

dos assuntos mais importantes abordados pela imprensa durante o ano do sesquicentenário.

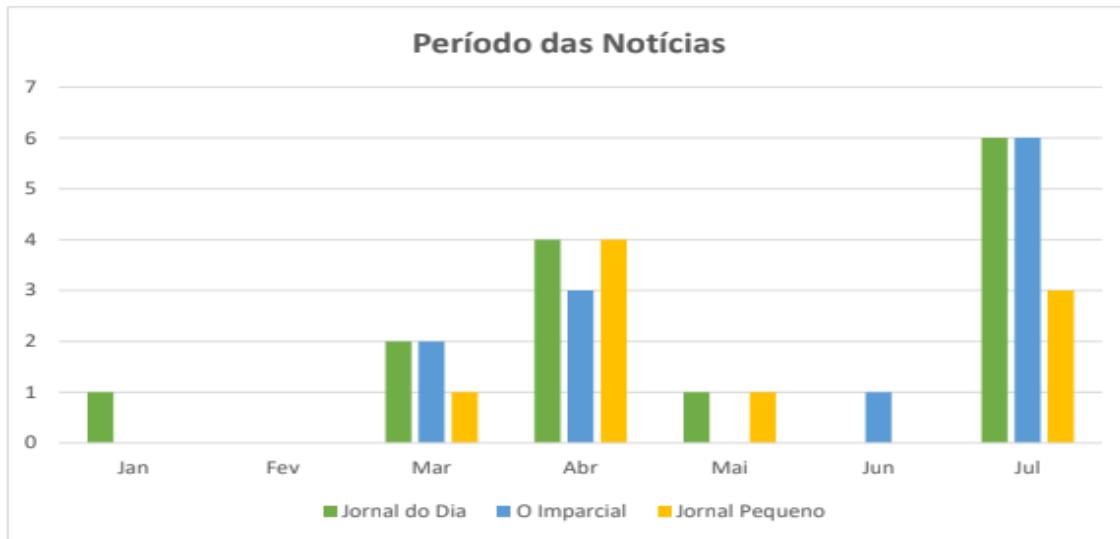
2.2. Análise da temporalidade das notícias sobre os despojos de Dom Pedro I

Ao longo do período de pesquisa tive contato com o acervo documental dos jornais ludovicense *O Imparcial, Jornal do Dia e Jornal Pequeno*. Nesses acervos, é possível encontrar reportagens sobre as festividades referentes ao Sesquicentenário da Independência, incluindo publicações realizadas no ano anterior ao início da efeméride, 1971, mas com a frequência muito inferior se comparado ao ano de 1972, ano em que de fato começaria as festividades de comemoração da independência brasileira e no qual é possível encontrar dezenas de notícias sobre o tema.

Sendo o foco desse capítulo apenas reportagens que citem e que tenham como base os despojos de Dom Pedro I, foi realizado um processo de seleção de notícias somente sobre a urna funerária do imperador. Com isso, foi obtido um total de 35 reportagens sobre a temática, entre os meses de janeiro e julho de 1972. Tendo esse material como base, foi possível notar, após análise das datas de lançamento, que a frequência e quantidade de publicação dos periódicos, a respeito do tema, variava de acordo com determinado período.

Nota-se que a alta no número de notícias sempre corresponde a períodos de grande comoção pública, como o Encontro Cívico, evento que deu início às festividades do Sesquicentenário em abril, ou a chegada dos despojos em São Luís, no mês de julho. Para análise mais profunda da frequência de cada publicação o seguinte gráfico foi elaborado:

Gráfico 1 - Período de publicação dos periódicos



Fonte: Andrade (2022, p. 23).

Após análise do gráfico, que inclui a observação dos períodos de maior concentração de reportagens sobre o tema em cada periódico, é possível perceber que o *Jornal do Dia* é o primeiro, dentre os três periódicos usados como fonte, a tratar sobre os despojos de Dom Pedro I, ainda em janeiro de 1972, meses antes do início oficial da efeméride. Transparece aqui a proximidade que o jornal tinha com o governo ditatorial ao ser o primeiro a noticiar a vinda da urna para o Brasil, que só chegaria em abril e seria um dos eventos mais marcantes das comemorações do Sesquicentenário.

Em reportagem lançada no dia 21 de janeiro de 1972, com a manchete *Restos Mortais de D. Pedro virão escoltados por Torpedeiros*, o jornal revela que “[...] juntamente com os navios brasileiros – que serão escolhidos entre os que estão participando da Operação Spring Board realização – virão 2 fragatas da Marinha portuguesa, escolhida para prestar homenagem a Dom Pedro IV, Rei de Portugal” (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.741, 21 de janeiro de 1972, p.1). A reportagem, digna de primeira página, ainda destaca que a transladação dos despojos do antigo imperador brasileiro seria “[...] um dos pontos altos das comemorações do Sesquicentenário da Independência”⁴¹.

⁴¹ *Restos Mortais de D. Pedro virão escoltados por Torpedeiros*. *Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.741, 21 de janeiro de 1972, p.1.

Diante disso, constata-se que as movimentações para a realização do futuro grande evento já se encontravam em andamento e esta primeira menção ao translado da urna é o começo da ênfase que os despojos receberiam de todos os jornais e que, como salientado, começou a ser noticiado muito antes de sua chegada em solo brasileiro. Como é possível depreender do gráfico, tratava-se de uma estratégia para atrair, antes mesmo do começo das comemorações, a atenção da população e alcançar a participação da maior quantidade possível de brasileiros e, dessa forma, exaltar a unidade brasileira como nação, sendo esse um dos objetivos das festividades de 1972, como já observado.

Com a chegada do mês de março, vemos um aumento na frequência das notícias sobre a urna funerária em relação ao mês anterior, em que nada foi publicado sobre o assunto. Todavia, com a aproximação do Encontro Cívico Nacional e da chegada dos despojos no Brasil o assunto volta à tona com notícias que destacam em seus títulos que *Despojos de Pedro I chegam dia 13*⁴²; *Escolta dos restos de D. Pedro I a caminho de Lisboa*⁴³; *Restos Mortais de Dom Pedro virão a São Luís*⁴⁴, lançadas pelo *Jornal do Dia*, *Jornal Pequeno* e *O Imparcial*, respectivamente.

No mês de abril observa-se o primeiro pico de publicações sobre os despojos, sendo o *Jornal do Dia* e o *Jornal Pequeno* os periódicos mais ativos nesse período, que, por sua vez, corresponde ao mês em que se deu início as comemorações do Sesquicentenário, realizado no dia 21 de abril, dia de Tiradentes, com o Encontro Cívico Nacional. A respeito, segundo o general Antônio Correa:

[...] foi o ato solene, na data consagrada ao Patrono Cívico da Nação Brasileira, Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes – que marcou o início das comemorações, através da reunião espiritual e física de todos os brasileiros, num mesmo momento e no âmbito de suas comunidades, levando cada participante a sentir-se parcela integrante da grande coletividade nacional. O Encontro Cívico Nacional teve início às 18h30min de 21 de abril de 1972, nas capitais da República, dos Estados e Territórios e nas sedes do Municípios brasileiros, com a palavra do Sr. Presidente da República transmitida através de todas as estações de televisão e de rádio do país (Correa, 1972, p.33).

A partir desse evento nacional, as comemorações de 1972 tem início e no dia seguinte, 22 de abril, os despojos de Dom Pedro I chegam ao Brasil trazidos pelo navio português Funchal, fortemente escoltado por barcos de guerra portugueses e

⁴² *Despojos de Pedro I chegam dia 13. Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.702, 19 de março de 1972, p. 9.

⁴³ *Escolta dos restos de D. Pedro I a caminho de Lisboa. Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.513, 22 de março de 1972, p.3.

⁴⁴ *Restos Mortais de Dom Pedro virão a São Luís. O Imparcial*. São Luís, nº 17.348, 11 de março de 1972, p.10.

brasileiros e acompanhado pelo presidente de Portugal, o almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz (Correa,1972). Diante de todos esses grandes acontecimentos de proporções nacionais desenrolando-se, é possível perceber o crescente interesse da população diante da comemoração e de seus diversificados eventos, consequentemente, gerando curiosidade e procura por notícias sobre o principal deles, a peregrinação da urna funerária por cada capital do país que estava prestes a começar e que desde o começo do ano, como exposto, já era anunciado para os maranhenses.

No dia seguinte à chegada da urna funerária de Dom Pedro no Brasil, o *Jornal do Dia*, um dos jornais que mais noticiou sobre os despojos no mês de abril, publicou a seguinte matéria: *Restos Mortais de D. Pedro I já se encontram no Brasil*. Ao longo do texto informa que “Os Restos Mortais de D Pedro I chegaram ontem no Rio, trazidos pelo presidente português Américo Thomaz. Quando foram desembarcados no cais do 1º DN, uma série de solenidades começaram em todo país” (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.728, 23 de abril de 1972, p. 9).

Dessa forma, o jornal anunciava para toda a capital maranhense que os despojos já estavam em terras brasileiras e detalhava todas as solenidades que se sucederam com a sua chegada. Enquanto isso, o *Jornal Pequeno* publicava sobre o começo da peregrinação dos despojos com a manchete *D. Pedro Inicia Peregrinação*⁴⁵ e informava aos seus leitores que a passagem de Dom Pedro, em seus restos mortais, pelo Brasil se iniciava com a visita a Porto Alegre, ponto de partida para a visita ao restante do país ao longo dos meses seguintes. A partir desse anúncio, a grande expectativa era com a passagem da urna pela capital maranhense, na qual permaneceria ao longo dos dias 13 a 15 de julho na Catedral da Sé, segundo os periódicos noticiavam.

Após o mês de abril vê-se uma queda na frequência de reportagens sobre os despojos e segue dessa forma até julho. Este período de menor destaque, em que os despojos cumpriam a programação de visitas por outros estados⁴⁶, é interrompido por uma retomada significativa na cobertura jornalística sobre os despojos no mês de julho, em que se percebe um súbito aumento de notícias sobre o tema, em decorrência da proximidade da data de chegada dos despojos em São Luís programada para o dia

⁴⁵ *D. Pedro Inicia Peregrinação. Jornal Pequeno*. São Luís, n. 6.545, 26 abr. 1972, p. 3.

⁴⁶ Para mais informações sobre os estados brasileiros aos quais o esquife de Dom Pedro I permaneceu em exposição e as datas de sua passagem, verificar imagem anexa no capítulo 1.

13 desse mesmo mês. Com isso, é visível o aumento da cobertura de notícias nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Dia*.

Porém, ao contrário do que se viu no mês de abril não se percebe esse mesmo aumento na frequência de manchetes no *Jornal Pequeno* que, diferente dos outros periódicos, estava mais focado em abordar Dom Pedro ainda em vida, através da seção do jornal nomeada como “Recanto dos Estudantes” em que trouxe aos leitores, ao longo de várias edições, a continuação do texto intitulado *D. Pedro I e a Independência* que trazia aspectos da vida do imperador, tendo como base a conferência do jornalista Theofilo de Andrade.

Julho de 1972 se torna um marco na capital maranhense, pois corresponde ao mês em que a urna mortuária chegou a São Luís, conforme programado, e permaneceu em exposição aberta ao público na Igreja da Sé até o dia 15, data em que partiria para a próxima capital, Belém; dentre as notícias sistematizadas no gráfico encontra-se a do *Jornal do Dia* anunciando, dias antes da chegada da urna em São Luís, que “[...] a urna contendo os despojos do Imperador será entregue no Aeroporto do Tirirical pelo governador do Piauí ao governador do Maranhão, recebido com honras de chefe de estado e homenagens militares prestadas pelo 24 batalhão de caçadores” (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.790, 08 de julho de 1972, p. 1).

Dias depois, o *Jornal Pequeno* anunciou para os maranhenses a chegada da urna, os preparativos e a programação para o dia seguinte: “[...] em viatura especial, a urna viajará para o centro da cidade e ficará exposta à visitação pública na Igreja da Sé, até as oito horas da manhã de sábado próximo” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.621, 12 de julho de 1972, p. 1). Enquanto o *Jornal Pequeno* escreve sobre o evento prestes a começar na cidade, o jornal *O Imparcial* faz questão de destacar o sucesso da passagem do esquife por São Luís, através de uma manchete que frisa *Milhares de pessoas já viram D. Pedro* e expõe que “[...] até a manhã de ontem já haviam sido honrados pela presença de cinco mil pessoas. [...] a recepção no Maranhão dos despojos de D. Pedro I constituiu verdadeiro acontecimento” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.540, 15 de julho de 1972, p. 1).

Diante das reportagens analisadas, é inegável que julho foi o mês no qual os despojos receberam maior destaque ao longo das páginas dos periódicos em São Luís, isso é visível não apenas devido à grande quantidade de notícias que circularam nesse período, mas também a maior visibilidade que o assunto recebeu, sempre recebendo

o destaque da primeira página em meio aos maiores veículos de informação desse período, o que, nos meses anteriores, não era tão recorrente.

Além da iminente chegada dos despojos na cidade, é importante frisar que no mês de julho se comemora no estado a adesão do Maranhão à independência do Brasil, um tema desconfortável para a memória da historiografia maranhense, principalmente nesse período em que o tema “unidade nacional” estava tão em alta e a ideia que os militares queriam eternizar era a de uma nação que já nasceu forte e sem dinâmicas regionais. Noutra direção, o Maranhão levou quase um ano para aderir ao movimento de independência que ocorreu no Rio de Janeiro, como explica Marcelo Galves “A província do Maranhão foi incorporada ao Império do Brasil, não sem resistência, em 28 de julho de 1823, data da câmara geral, realizada em São Luís, que formalizou os termos da “adesão”, como registrado em ata” (Galves, 2023, p. 3).

Para normatizar essa delicada situação do Maranhão, foi realizado um gradativo “ajuste cronológico”⁴⁷ em torno do ano de 1822⁴⁸, ano em que foi declarada a independência do Brasil no centro-sul. Para tanto, segundo Marcelo Galves:

[...] no âmbito das comemorações do Sesquicentenário da Independência promovidas pela ditadura civil-militar, o governo do estado do Maranhão patrocinou a publicação de dois livros sobre a independência no Maranhão: a reedição da História da independência da província do Maranhão (1822-1828), de Luis Antonio Vieira da Silva, publicada em 1862; e a publicação da História da Independência do Maranhão, de Mário Meireles, historiador maranhense de maior reconhecimento à época (Galves, 2021, p.3).

Dessa forma, percebe-se que tanto as reedições de tais obras literárias, como também a vinda dos restos mortais de Dom Pedro I para São Luís foram mecanismos usados para fomentar o espírito de uniformidade da nação brasileira. Portanto, o súbito aumento de publicação dos jornais no mês de julho justifica-se pela confluência de acontecimentos. Segundo Felipe Mendes (2010), julho de 1972 foi o mês escolhido para o lançamento da 2ª edição do livro de Vieira da Silva, sendo, igualmente o mês escolhido para a passagem dos despojos do Imperador na ilha de São Luís do Maranhão.

Em síntese, como observado inicialmente, apesar do tema sobre os despojos começar a ser abordado nos periódicos ainda no início de 1972, o período de maior cobertura sobre o assunto se deu entre abril e julho, com destaque para o mês da chegada

⁴⁷ A noção desse termo está presente no projeto História, historiografia e memória: comemorações da Independência no/do Maranhão, do Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves, que orientou o Plano de Trabalho que deu origem a essa monografia.

⁴⁸ Segundo Marcelo Galves (2021), esse mesmo “ajuste” já teria sido realizado também na comemoração do centenário da independência do Brasil em 1922, através do esforço de Dunshee de Abranches, para incorporar a memória do avô, Garcia de Abranches, redator de orientação “portuguesa” no sentido político, à memória oficial do centenário.

do esquife a São Luís em 13 de julho. O *Jornal do Dia* foi o primeiro, dentre os periódicos analisados, a noticiar a vinda dos despojos, ainda em janeiro de 1972, e manteve intensa cobertura ao longo do ano, assim como *O Imparcial*. Diferente destes, o *Jornal Pequeno* manteve-se com menor frequência de publicações sobre os despojos, focando mais em aspectos da vida de Dom Pedro I. Além da chegada dos despojos, também podemos apontar como causa do pico de notícias no mês de julho o lançamento de obras que buscavam reforçar a ideia de uma nação unificada, em sintonia com as comemorações do Sesquicentenário.

2.3. O Fundo do Sesquicentenário e os despojos imperiais

Este capítulo tem como fonte o Fundo do Sesquicentenário, composto por uma série de documentos referentes às atividades da Comissão Executiva Estadual do Maranhão (CEE-MA) durante as comemorações do sesquicentenário da independência. Atualmente este Fundo se encontra preservado pelo Arquivo Nacional, no estado do Rio de Janeiro. O acesso a esse material tornou possível o contato com 397 fotografias⁴⁹, a partir delas é possível analisar alguns dos processos de organização do Sesquicentenário em seus bastidores; em sua maioria, são correspondências trocadas entre os organizadores da festividade, planejando em detalhes os eventos que ocorreriam não só na capital do Maranhão, mas também em algumas cidades do interior do estado.

Após a verificação do conteúdo fotografado, foi possível observar alguns documentos que tratavam a respeito dos despojos de Dom Pedro I e sua iminente chegada ao estado e relacioná-los às notícias encontradas ao longo dos três jornais ludovicenses discutidos previamente.

Como analisado anteriormente, os periódicos de São Luís deram início às publicações sobre os despojos muito antes de sua chegada ao Brasil, ainda em janeiro de 1972. Por meio dos ofícios preservados pelo Fundo, podemos perceber a movimentação do governo para preparar os locais que futuramente receberiam o esquife funerário da forma como era instruído, como transparece um telegrama do presidente da CEC, chefiado pelo general Antônio Jorge Corrêa, enviado ao governador do Maranhão, Pedro Neiva de Santana, em que diz ter a honra de “[...] solicitar a V. Ex. O comparecimento do presidente da comissão estadual ou seu representante no dia 22 de fevereiro no auditório

⁴⁹ Devido à localização da documentação objeto de estudo dessa pesquisa, o conteúdo do Fundo do Sesquicentenário CEE-MA foi acessado via material fotografado com recursos do projeto História, historiografia e memória: comemorações da Independência no/do Maranhão, financiado pela FAPEMA.

do Conselho Federal de Cultura. [...]Nessa reunião serão integrados todos os eventos nacionais e regionais” (Fundo, 1972).

Podemos analisar, através deste ofício datado de 25 de janeiro de 1972, que o planejamento das festividades também se iniciou muito antes da urna funerária chegar ao Brasil, com cada detalhe planejado e instruções a serem seguidas rigorosamente. Para organizar o evento a ser realizado no Maranhão, também foram realizadas reuniões na cidade de São Luís, por vezes noticiadas por jornais como *O Imparcial*, que divulgou na edição do dia 11 de março⁵⁰ a reunião, da Comissão Executiva Estadual do Sesquicentenário, realizada no Palácio dos Leões no dia anterior à publicação, e informou que durante o encontro foi definida a data de 13 de julho como o dia da chegada dos despojos no Maranhão.

Na mesma ocasião, foram anunciadas as diretrizes da Comissão Nacional para as festividades no Estado, com destaque para o discurso do presidente da Comissão Estadual, Carlos Bacelar, que anunciou que “As homenagens a Dom Pedro I marcarão a unidade espiritual que sempre existiu na pátria brasileira, no presente como no passado, e a dominante influência de Dom Pedro na manutenção da unidade política do país” (*O Imparcial*. São Luís, n. 17.348, 11de março de 1972, p. 10).

Com isso, percebe-se o minucioso planejamento que ocorreu em torno de cada evento programado para acontecer durante o Sesquicentenário no estado do Maranhão, pois tinha-se como objetivo a realização de uma grandiosa celebração que demonstrasse o tempo do “milagre econômico”, momento propício para a evocação patriótica (Cordeiro, 2012a), em um evento que se organizava em dimensão nacional.

Para além do planejamento, também era de suma importância a forte divulgação do evento, que já ocorria através dos jornais e passou a ser feito por intermédio de folhetos com propagandas do evento. Por meio do Fundo do Sesquicentenário, podemos ter acesso à solicitação desses folhetos para divulgação do Encontro Cívico que ocorreria em abril. Em telegrama do presidente da CEC, enviado ao presidente da CEE-MA, com a data de 5 de abril, constava a informação de que fora executado o envio para o Maranhão de ofícios e 100.000 folhetos de propaganda do Encontro Cívico (Fundo, 1972).

Todos os eventos que compuseram a festividade do Sesquicentenário faziam parte de uma clara promoção do nacionalismo militar e da direita (Lunardi, 2014), e o Encontro Cívico Nacional não foi exceção a isso: ocorrida no dia 21 de abril de 1972 - Dia de

⁵⁰ Restos Mortais de Dom Pedro virão a São Luís. *O Imparcial*. São Luís, n. 17.348, 11de março de 1972, p. 10.

Tiradentes - a cerimônia abriu oficialmente o início das comemorações em todo o território nacional, além disso, conforme Bruno Rei (2020), foi considerada como uma ocasião inédita no mundo, pois buscava mobilizar a população e incentivar a participação de todos os cidadãos no evento que ocorreria em todos os estados do Brasil, no mesmo dia e horário. Para além disso, o autor detalha que:

O Encontro teve início às 18 horas e 30 minutos – horário de Brasília – do dia 21 de abril. Na ocasião, um discurso gravado por Médici foi reproduzido para todo o Brasil em cadeia de rádio e televisão, bem como em diversas localidades de todos os seus estados e territórios, seguindo-se de cerimônias de hasteamento da bandeira do país, ao som do Hino Nacional. De acordo com o presidente da comissão executiva central, o evento buscava cumprir “programa pequeno, mas de alto teor cívico”. Afinal, como chama a atenção Corrêa, o encontro não visava apenas demarcar o início das comemorações, mas, também, realizar “uma reunião física e espiritual de todos os brasileiros, num mesmo momento e no âmbito de suas comunidades, levando cada participante a sentir-se parcela integrante da grande coletividade nacional” (Rei, 2020, p. 21-22).

Assim sendo, os cidadãos que compareceram, cada qual em sua cidade, se reuniram para prestigiar os eventos, de caráter cívico, que ocorreram ao longo do dia. Todo o evento ocorreu conforme o planejado, como é possível verificar a partir dos jornais e ofícios, como o telegrama do presidente da CEE-MA, Carlos Magno Duque Bacelar, encaminhado ao presidente da CEC, informando que o “Encontro cívico no Maranhão alcançou pleno êxito não obstante dia chuvoso” (Fundo, 1972). Como que para confirmar essa correspondência, o jornal *O Imparcial* realiza a publicação de uma matéria, no dia 23 de abril, com a manchete em destaque *Mesmo sob a chuva povo cantou o hino*, no qual ressalta que:

Demonstração pública de civismo jamais presenciada em São Luís, foi o Encontro Cívico realizado no dia 21 na praça do Panteon. [...] Não obstante a tarde de chuvas que se verificou, o povo em massa compareceu à praça do Panteon e lá permaneceu até o último instante da cerimônia, durante a qual o governador Neiva de Santana hasteou a Bandeira Brasileira ao som do Hino Nacional, cantando entusiasticamente pela grande multidão, acompanhada das bandas marciais do Exército, polícia e escola técnica federal do Maranhão (*O Imparcial*. São Luís, nº17.384, 23 de abril de 1972, p. 1).

Com a concretização do evento de abertura das festividades pelo Brasil, as atenções se voltaram para o Rio de Janeiro, estado que receberia no dia 22 de abril de 1972 a comitiva que acompanhava o esquife funerário de Dom Pedro I. Com isso, tem-se o início da peregrinação dos despojos, no dia 24 de abril, que seguiu para Porto Alegre dando início a uma longa viagem que, para além de representar o importante papel de Dom Pedro I na manutenção da unidade do império durante a proclamação da república, também cumpria o objetivo inicial do sesquicentenário, delimitado pelo governo, de integração nacional, conforme Janaina Cordeiro (2012a).

O *Jornal Pequeno* também noticia o início da peregrinação através de uma pequena nota, intitulada *D. Pedro inicia peregrinação*⁵¹, comunicando que com a chegada dos despojos em Porto Alegre tem-se o prelúdio das visitações da urna pelos estados do Brasil. Assim, em abril, começa sua viagem pelo país, até o mês de julho no qual está programada a chegada dos despojos no Maranhão. Com tudo previamente planejado, os despojos são recebidos por “[...] oito soldados formando uma ala para receber a urna. [...]O governador Pedro Neiva de Santana dirige-se à porta do avião recebendo simbolicamente das mãos do governador do Piauí os despojos do imperador Pedro I” (*O Imparcial*. São Luís, nº17.539, 13 de julho de 1972, p 1).

A partir desse ponto, temos a versão dos documentos do Arquivo Nacional, no qual encontra-se um ofício do governador do Maranhão referente ao ato de recebimento da urna funerária do imperador. Neste ofício, Neiva de Santana declara que:

O Maranhão – seu povo e seu governo, recebem, com enfática demonstração do mais patriótico regozijo, das mãos de V. Excia., a urna, para todos nós brasileiros sagrada, em que se guardam as cinzas de Sua Majestade, o senhor D. Pedro I, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. [...] Nesta urna, tão sagrada quanto as cinzas que contém, e que ora nos é confiado, para a nossa vigília e veneração de umas poucas horas, antes que o deixemos prosseguir na peregrinação cívica através da qual se fez e se fará presente em cada uma das províncias irmãs. [...] É como se este soberano de duas pátrias, D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal, depois de mais de um século ter deixado a vida terrena, voltasse ao mundo para testemunhar o que se havia feito do império que criara e de que se fizera o defensor perpétuo (Fundo, 1972).

Esse trecho do ofício do governador confirma o recebimento da urna imperial entregue diretamente pelo governador do Piauí. O ato simbólico de passagem da urna pelas mãos de uma autoridade diretamente para a outra vai além de um ato formal, também se configura como uma forma de cumprir e afirmar a integração nacional do país (Cordeiro, 2012a). Também se vê a exaltação à figura de Dom Pedro I como o “defensor perpétuo” do país ao longo do documento, conferindo um caráter quase sagrado à urna elevando, dessa forma, o seu papel como imperador e seus atos históricos, no Brasil e em Portugal.

Os acontecimentos que se deram, com a chegada da urna em São Luís, podem ser acompanhados através do *Jornal Pequeno*, que noticiou no dia 13 de julho⁵², data da chegada dos despojos na cidade, todo o processo de chegada da urna e seu cortejo para a catedral metropolitana, onde ficaria em exposição por três dias. Sendo o *Jornal Pequeno*

⁵¹ *Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.545, 26 de abril de 1972, p. 3.

⁵² *D. Pedro volta para casa. Jornal Pequeno*. São Luís, n. 6.622, 13 jul. 1972, p. 1.

composto por notícias geralmente protocolares em relação ao tema do Sesquicentenário, o jornal ateve-se, ainda que brevemente, à oração/disco do governador do Piauí, no momento de entrega dos restos mortais para o governador do Maranhão. Na sequência, informou ao leitor que:

Atendendo recomendações da Delegacia Regional do Trabalho, comercio e indústria não deverão funcionar hoje, o mesmo ocorrendo com várias repartições, de modo a que um maior número de pessoas possa participar das homenagens que serão tributadas ao proclamador da nossa independência (Jornal Pequeno, n. 6.622, 13 jul. 1972, p. 1).

Dessa forma, é possível ver o empenho que o governo tinha para garantir a presença e participação da população ludovicense ao longo da recepção e por todo o trajeto da urna, do aeroporto do Tirirical para a Igreja da Sé, objetivo que foi alcançado, como afirma Janaina Cordeiro (2012a), ao estimar – com base nos registros dos jornais em circulação em São Luís - que mil carros acompanharam todo o trajeto feito pelo esquife de Dom Pedro I pelas principais avenidas da cidade.

Dessa maneira, foi alcançada a premissa inicial das festividades que, segundo a mesma autora, era obter uma nação unida pelo seu passado histórico e pela mesma fé no futuro e, dessa forma, celebrar a “unidade nacional” resgatada pelos militares. Com o encerramento das comemorações, em 7 de setembro, as comissões foram dissolvidas. Contudo, antes disso, encaminharam relatórios sobre o andamento da efeméride em cada estado; no que se refere ao Maranhão, foi informado que:

Encerradas a 7 de setembro último as comemorações do Sesquicentenário da Independência, no Maranhão, venho com a presente – na qualidade de presidente da comissão executiva estadual – dizer do êxito de que se revestiram essas celebrações em todo o território do estado. [...] A comissão desenvolveu um amplo trabalho de motivação junto às comunidades do estado, junto às diversas classes sociais e grupos organizados, logrando, assim, bons resultados em termos de uma maior participação geral nos festejos do sesquicentenário da independência. Escolas, igrejas de todos os credos, lojas maçônicas, sindicatos, empresas, entidades culturais e clubes de serviços – todos, enfim, acorreram ao nosso chamado, dando cada um o melhor da sua contribuição ao êxito que alcançamos ao longo das comemorações. Destaque-se, na parte nacional, três significativos eventos, que aqui contaram com os maiores índices de participação popular: O encontro cívico nacional; a chegada dos despojos de Dom Pedro I e o “show” do sesquicentenário (Fundo, 1972).

O seguinte trecho provém de uma correspondência enviada pelo presidente da Comissão Executiva Estadual do Maranhão (CEE-MA), Carlos Magno Duque Bacelar, ao presidente da Comissão Executiva Central (CEC), General Antônio Jorge Correa, datada de 02 de outubro de 1972, portanto, após o fim das festividades. Em seu conteúdo é possível encontrar um texto que discorre sobre o êxito das comemorações do Sesquicentenário no estado do Maranhão, destacando o trabalho que a CEE-MA realizou

ao longo de 1972 e que teria resultado no bem sucedido evento. Segundo este trecho, tal esforço derivou da grande participação popular e envolvimento das várias entidades citadas ao longo da correspondência, que se uniram em torno da festividade e marcaram presença em todos os eventos.

Do mesmo modo, Bacelar enfatizou os pontos que considerou como do auge dos festejos, entre eles, o encontro cívico e a chegada dos despojos de Dom Pedro I. Tais acontecimentos relatados no ofício como “bem-sucedidos” também foram noticiados pelos jornais maranhenses exaltando, da mesma maneira, os recentes acontecimentos. Cabe destacar que o termo “bem-sucedido” está entre aspas porque representa uma afirmação de uma voz oficial, neste caso, o presidente da CEE-MA. Comprometido com o governo vigente, Bacelar exaltava, ao mesmo tempo, a popularidade do regime e a capacidade das autoridades estaduais (incluindo a si) de potencializar essa aderência ao regime.

Tendo isso em mente, *O Jornal do Dia* destaca, com a manchete *Governo e o Povo Vibram na Recepção a D. Pedro*, o notável sucesso da chegada dos despojos de Dom Pedro I e, da mesma forma, durante os três dias em que ficou exposto na capital maranhense. No dia 15 de julho, o periódico informa que:

Desde cedo a cidade apresentava movimentação incomum, com milhares de pessoas locomovendo-se nas direções do aeroporto, da Catedral e dos pontos em que deveria passar o cortejo, muitos portando bandeiras do Brasil e Portugal [...] Concluído o ceremonial, tem início o deslocamento para o Centro da cidade, constatando-se durante todo o percurso, grande massa popular colocada nas calçadas, inclusive representações dos estabelecimentos escolares [...] A concentração atingia uma verdadeira multidão, sendo D. Pedro I, saudado com vibrantes palmas, cânticos dos hinos nacional, maranhense e do sesquicentenário enquanto muitas pessoas agitavam bandeiras e jogavam fôres sobre o caixão [...] Em frente à Igreja da Sé, ao chegar o esquife, verdadeira ovAÇÃO se fez ouvir, partida da imensa população presente, onde ganhava relevo especial a representação da maçonaria [...] Foi sem dúvida alguma, uma bela festa que contou com o apoio de governantes e governados, numa verdadeira comunhão de brasiliade (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.795, 15 de julho de 1972, p. 1).

Percebe-se nesse trecho da notícia o grande destaque que o jornal deu à presença da população e sua marcante participação ao longo do percurso até o centro da cidade de São Luís, com grande júbilo. Através desse espetáculo, o governo consegue a popularidade simulada alcançada por meio das mídias, com propagandas e anúncios, que conseguiram atrair muitas pessoas através do trabalho com sentimentos já fortemente ancorados no imaginário coletivo brasileiro (Cordeiro, 2012a). Tal percepção foi reforçada pelo *Jornal do Dia*, em 16 de julho, quando é noticiado que durante todo o

período em que esteve em exposição na Igreja da Sé, a urna imperial foi visitada por mais de cinco mil pessoas⁵³.

Em síntese, com o uso do material presente no Arquivo Nacional, tornou-se possível ir além do que os jornais publicaram sobre o planejamento e execução das festividades do Sesquicentenário, com o uso desse material, podemos analisar a complexidade do evento em seus bastidores. Nos arquivos podemos verificar as movimentações do governo federal e estadual para coordenar as ações que visavam a realização de um grande evento, para isso, reuniões da Comissão Executiva Estadual (CEE) para organizar a chegada dos despojos de Dom Pedro I foram realizadas.

Além disso, ofícios e periódicos demonstram que eventos como o Encontro Cívico Nacional, realizados em abril, reforçaram o caráter patriótico e a integração nacional, contando com grande participação popular, mesmo sob chuva. Por fim, o cortejo fúnebre realizado em São Luís mobilizou milhares de ludovicense, contando com o fechamento das lojas locais e ampla cobertura midiática, refletindo o objetivo oficial de unir a população em torno de um passado histórico glorificado e de ideais nacionalistas. As celebrações encerraram-se em setembro com relatos de êxito, evidenciando a ampla adesão popular e o envolvimento de diversas entidades sociais.

⁵³ Restos Mortais de D. Pedro seguiram ontem para Belém. *Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.796, 16 de julho de 1972, p. 1.

Capítulo 3. A adesão do Maranhão à Independência: disputas narrativas e contrastes nas comemorações de 1972 e 1973

Em 1973 o estado do Maranhão recebeu especial atenção do governo militar, pois nesse ano seria comemorado os 150 anos de sua adesão à Independência, que ocorreu no dia 28 de julho de 1823⁵⁴, um ano depois de Dom Pedro I declarar o Brasil independente de Portugal. Como visto no capítulo anterior, em 1972 uma grande festividade ocorreu em todo o território nacional, organizada pela ditadura civil-militar (1969-1974), em comemoração ao Sesquicentenário de independência do Brasil.

O objetivo das comemorações foi a unificação simbólica de todo o território brasileiro em torno do ideal de um “passado nacional”, o que se mostrou um verdadeiro desafio já que, ao analisarmos melhor o período da proclamação da independência do Brasil em 1822/1823, vemos a resistência de províncias do Norte, como Bahia, Maranhão e Grão-Pará em aceitar a quebra de laços com Portugal. Tendo isso em mente, durante as comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil, o presidente general Emílio Garrastazu Médici usou estratégias discursivas para reforçar a ideia de união nacional em torno da independência. Em seu discurso no Encontro Cívico, realizado no dia 20 de abril de 1972, ele destacou as manifestações nativistas e outras lutas locais em favor da independência, especialmente em territórios que, mais tarde, se opuseram à emancipação de Portugal.

No caso do Maranhão, a Revolta de Beckman⁵⁵ foi amplamente utilizada nesse sentido, o que, inicialmente, foi uma revolta contra os abusos da coroa portuguesa, se tornou uma luta em prol da “sonhada” independência da colônia, manifestando, dessa forma, o desejo da província pela independência anos antes de ser declarada por Dom Pedro I⁵⁶. Através desses “ajustes cronológicos”⁵⁷ o governo buscava incluir à festividade

⁵⁴ Segundo Marcelo Galves (s/d), essa data corresponde a data da Câmara Geral, realizada em São Luís, que formalizou os termos da “adesão” do Maranhão à Independência do Brasil, como registrado em ata.

⁵⁵ Segundo Antônio Caetano (2007), foi um dos movimentos de resistência mais importantes do período colonial que ocorreu no Maranhão, entre 1684 e 1685, quando os irmãos Beckman, aliados aos proprietários de terra locais, destituíram o governo de Francisco de Sá e Menezes e prenderam o responsável pela Companhia Geral do Comércio do Maranhão, Pascoal Jansen.

⁵⁶ A Revolta de Beckman, nome como ficou conhecido uma das inúmeras reações coloniais aos excessos da Coroa Portuguesa, foi retomada durante as celebrações dos 150 anos da adesão do Maranhão à Independência como expressão do anseio de autonomia da colônia, décadas antes da independência proclamada por Dom Pedro I. Essa interpretação, elaborada por historiadores do Oitocentos e recorrente ao longo do século XX, foi retomada nas comemorações do Sesquicentenário para fortalecer a noção de unidade do Maranhão no contexto da independência brasileira.

⁵⁷ A noção está presente no projeto História, historiografia e memória: comemorações da Independência no/ do Maranhão. O termo é utilizado para explicar o avanço no tempo que fora realizado na História da Independência das províncias do Norte com o objetivo de encobrir o “atraso” da incorporação destas ao Império do Brasil.

do sesquicentenário territórios que, se considerar a data de adesão a independência, não estavam comemorando 150 anos de emancipação como o restante do território brasileiro em 1972 (Galves, s/d).

Porém, o que aconteceu no ano seguinte tem diferenças importantes em relação à 1972. No Maranhão, o ano de 1973 trazia consigo o aniversário de 150 anos da adesão do estado a Independência, isso significa que, ao invés de ser feito um “ajuste cronológico” como no ano anterior, agora seria necessário um “desajuste cronológico” para que as comemorações da adesão no Maranhão não desmentissem a “união nacional” que foi amplamente divulgada no ano anterior.

Alguns artifícios foram utilizados para construir uma narrativa hodierna que justificasse a demora da província em aderir a independência causado por um “atraso” devido a “isolados” casos de resistência. Buscando corroborar com esta nova narrativa, personagens da história local foram evocados, incluindo, personagens utilizados no ano anterior como Dom Pedro I, porém, no ano de 1973 a figura do imperador não será novamente o centro das atenções, pois, o foco da comemoração se voltou para personagens considerados mais regionais como, por exemplo, Manoel Beckman, Salvador Cardoso de Oliveira e, noutro sentido, o almirante Thomas Cochrane.

Do mesmo modo que ocorreu em 1972, os jornais também foram essenciais para divulgar a narrativa que aquela comemoração tentava legitimar através dos personagens em foco em 1973, buscando demonstrar que a província do Maranhão sempre desejou a emancipação de Portugal assim como o resto do país, apesar dos resistentes. Portanto, através da leitura e análise de cada notícia referente ao sesquicentenário da adesão do Maranhão teremos uma maior noção da forma como esses personagens foram utilizados no evento para tornar a adesão do Maranhão apenas um “atraso”.

Tendo isso em mente, o objetivo deste capítulo gira em torno da análise dos periódicos de maior circulação à época em São Luís do Maranhão - *O Imparcial, Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* – e a forma como abordaram as narrativas implementadas pelo governo no decorrer das comemorações no Maranhão em 1973. Para isso, a princípio, abordarei o processo que se deu a partir da proclamação da república até a enfim, adesão do Maranhão ao novo projeto político implantado por Dom Pedro I, incluindo a reinterpretação da história que tornou possível a comemoração desse fato e como se desenrolou durante 1973.

Em seguida, adotarei uma abordagem comparativa sobre a figura de Dom Pedro I, contrastando o uso de sua imagem em 1973 com o destaque dado a ele em 1972, quando

ocupou o papel central nos jornais. Por fim, através da observação das matérias que mencionam Manoel Beckman, Salvador Cardoso de Oliveira e Lord Cochrane, será feito uma análise de como suas figuras foram utilizadas para legitimar o “antigo” desejo da província em ser “Brasil” e a luta pela adesão à independência.

3.1. Entre a adesão à Independência e a celebração de 1973: o processo político e as comemorações no Maranhão

No dia 7 de setembro de 1822 acontece o tão conhecido Grito do Ipiranga, marcando o dia em que, tomado de autoridade, Dom Pedro I declara o Brasil politicamente independente de Portugal, que até então mantinha sob seu domínio o território brasileiro. Mas apesar disso, nem todas as províncias do Brasil estavam de acordo com essa atitude, Segundo István Jancsó e João Paulo Pimenta:

Afirmar que a formação do estado brasileiro foi um processo de grande complexidade não apresenta nenhuma novidade, e a historiografia recente tem revelado razoável consenso quanto a evitar o equívoco de reduzi-lo à ruptura unilateral do pacto político que integrava as partes da América no Império português (Jancsó; Pimenta, 2000, p. 393).

Dessa forma, vemos que a historiografia atual tenta evitar o que a antiga historiografia tinha como consenso, que a ruptura com o Império português foi uma decisão em anuênciam entre todas as partes quando, na verdade, o Império brasileiro se formou em meio a grande resistência de províncias do norte. Entre as quais se destaca as províncias da Bahia, Maranhão e Grão-Pará, além disso, a resistência no Maranhão, estado foco desta pesquisa, “[...] foi marcada por singularidades, entre as quais uma guerra civil provocada pela demora em aderir à nova ordem política instituída com a separação política da metrópole, capitaneada pelas províncias do Sul do país” (Abrantes; Mateus, 2023, p. 2). Assim tem-se as mais sangrentas lutas contra a independência, que se mantiveram firmes mesmo quase um ano após da proclamação da independência por Dom Pedro I.

O projeto político da independência acabou por opor os habitantes do Brasil, dessa oposição surge grupos opostos que se destacam pela “[...] multiplicidade de interesses de ‘classe, etnia e família’, presentes nas construções de termos como ‘brasileiro’ e ‘português’” (Galves, 2010, p.22). Ou seja, apesar de todos serem nascidos em território português, a independência dividiu a população entre “brasileiros” - aqueles que apoiavam a formação do Império brasileiro - e “portugueses” - aqueles que se opuseram ou que ocuparam posições de mando em tempo anterior à Independência. Sendo uma

clara demonstração da desarmonia presente no novo império e das duras batalhas contra os resistentes que se seguiram por quase um ano, no Maranhão, desde a proclamação do novo império brasileiro.

Somente em julho de 1823 os rumos dessas resistências começaram a mudar, através do surgimento da figura de Cochrane que, segundo Araújo e Galves (2022), é imprescindível pensar na sua participação e importância no processo de consolidação da independência nas províncias do Norte, como Bahia, Maranhão e Grão-Pará. O almirante foi contratado, inicialmente, pelos patriotas chilenos e peruanos com o objetivo de combater a Espanha durante as guerras da independência, desse modo, como afirma Mariz (2012), diante do sucesso da missão e de sua popularidade, é contratado⁵⁸ por Dom Pedro I após conselho de José Bonifácio:

Sabedor de sua atuação brilhante nos mares do Oceano Pacífico, o ministro das Relações Exteriores José Bonifácio de Andrade e Silva aconselhou o jovem imperador a contratá-lo e – por carta de 13 de novembro de 1822, isto é, logo após a nossa Independência – convidou Thomas Cochrane para entrar ao serviço do governo brasileiro (Mariz, 2012, p. 13).

Com isso, Cochrane chega ao país com a missão de organizar a marinha de guerra brasileira e submeter as rebeldes províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará ao novo império brasileiro. Com o início dos serviços prestados por Cochrane, em 1823, para enfrentar a resistência das tropas portuguesas, a história começa a mudar e através da sua experiência militar deu início a saída dessas forças na Bahia e rumou para o Maranhão onde “A chegada do almirante Cochrane ao Maranhão, em 26 de julho de 1823, foi um componente decisivo nos confrontos travados na província desde maio daquele ano” (Araújo; Galves, 2022, p. 5).

Cabe lembrar que a administração maranhense respondia diretamente a Lisboa, sem subordinação ao Rio de Janeiro, com isso, o Maranhão vivia uma grave desordem interna, devido a sua lealdade intransigente a Portugal e à Casa de Bragança, como destaca, Vasco Mariz (2012). A resistência arrefeceu após meses de duras batalhas e devido ao contínuo avanço das tropas independentistas e, somando-se a isso, a chegada da frota de Cochrane no litoral maranhense, a quem já era conhecido e temido por grande parte dos resistentes.

⁵⁸ “O decreto imperial de 21 de março de 1823 formalizou o acordo, e ele assumiu o comando como chefe da esquadra brasileira com a pomposa patente de primeiro-almirante, caso único na história naval brasileira” (Mariz, 2012, p. 13).

Diante disso, no dia 27 de julho de 1823, o governador Agostinho Antônio de Faria⁵⁹, encaminha um ofício⁶⁰ a Cochrane com algumas condições para a rendição, que se concretizaria no dia seguinte, data em que a adesão foi oficializada⁶¹ na capital, São Luís⁶². Desse modo, no ano de 1973, temos a realização de um “segundo Sesquicentenário” no Maranhão, também saudado pela ditadura civil-militar, apesar de, no ano anterior, em 1972, já ter sido comemorado o sesquicentenário da declaração de independência do Brasil por Dom Pedro I.

Nesse período, vivenciando uma ditadura militar, o país era liderado pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que via o ano de 1972 como uma oportunidade para comemorar e destacar a união nacional que se vivia através de grandes obras como a rodovia Transamazônica, em meio à política econômica cujos números eram associados ao “milagre brasileiro”.

A festividade não se restringia a uma única cidade ou evento, mas foi estruturada de forma a abranger todo o país e teve como evento principal, como visto anteriormente, a vinda dos despojos de Dom Pedro I ao Brasil, um gesto carregado de caráter simbólico e nacionalista. A peregrinação dos despojos pelas capitais do país foi planejada como um ritual de resgate da memória nacional, visando reacender o sentimento de pertencimento a uma nação unida desde os primórdios da independência, segundo a narrativa empregada em 1972.

E foi assim, através de uma seleção cuidadosa e reinterpretação conveniente, que o regime militar, durante as festividades do sesquicentenário da nação, moldou a memória de uma história linear. Essa narrativa silenciava as vozes discordantes, abafando os múltiplos gritos de Independência; que ecoavam no mosaico de pátrias que compunham o Brasil (Jancsó, 2005). Em vez de um retrato plural e multifacetado da história nacional, o regime militar optou por uma versão oficializada e homogênea. Essa visão unificada obscureceu as lutas e reivindicações de diversos grupos sociais, apagando suas contribuições para a construção da nação.

⁵⁹ Governador das armas, principal liderança dos resistentes à independência.

⁶⁰ “Ofício de Agostinho Antonio de Faria a Lord Cochrane, em 27 de julho de 1823, solicitou que, após a independência, fosse garantida a propriedade e a segurança de todos, inclusive dos que se posicionaram contrários a causa” (Galves; Araújo, 2022, p. 5).

⁶¹ Segundo Galves (s/d), foi a data da Câmara Geral, realizada em São Luís, que tornou oficial os termos negociados para a “adesão” do Maranhão à Independência, conforme registrado em ata.

⁶² Apesar de na capital a adesão já ter sido oficializada, no interior a resistência permaneceu por mais alguns dias, especificamente em Caxias, o último foco de resistência.

Ao silenciar os outros gritos de Independência, o regime militar pretendia legitimar sua própria versão da história e consolidar-se diante da sociedade. Ao utilizarem-se da memória dessa forma, o governo buscava criar uma identidade nacional homogênea e submissa, apagando a diversidade e a riqueza cultural do país. Portanto, o “ajuste cronológico” foi extremamente necessário para incluir nas festividades os Estados que anteriormente haviam sido as províncias que se recusaram a aderir a independência de imediato, dessa forma, “Dentro do discurso oficial, desconsiderou-se as assimetrias produzidas na experiência colonial e os diferentes encaminhamentos regionais no processo de Independência” (Goes, 2023, p. 6).

Em 1973 ocorreria algo diferente. Seria necessário o “desajuste cronológico” para explicar o “atraso” das províncias em ceder a favor da independência, mas sem desmentir o que já havia sido destacado no ano anterior ao povo, a unidade nacional. Para isso, alguns personagens locais foram utilizados para evidenciar o ideal de que essa “demora” não se deveu ao apego do povo maranhense à “soberania estrangeira”, assertiva fundamentada na “tradição de lutas” da província, corporificadas pelo “martírio” de homens como Manuel Beckman (Galves, 2010, p. 21).

Além de Beckman, personagens como Salvador Cardoso de Oliveira, Lord Cochrane e Dom Pedro I também foram utilizados na tentativa de tornar o sesquicentenário em 1973 menos desconfortável durante o período de sua comemoração no estado. Para analisar a forma como esses personagens foram utilizados em 1973, permanecemos utilizando os três jornais de maior circulação à época – *O Imparcial*, *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*. Cabe aqui lembrar, a mudança de nomenclatura ao qual o *Jornal do Dia* sofre ao ser vendido para o senador José Sarney e ao poeta Bandeira Tribuzy, sendo os responsáveis por alterar o nome do jornal para *O Estado do Maranhão*, denominação que adotaremos a partir deste momento sempre que o jornal for citado durante o ano de 1973.

No *Jornal Pequeno*, dentre as 08 matérias obtidas, a primeira notícia selecionada aparece na edição do dia 28 de junho de 1973 com a manchete *Sesquicentenário*, a partir daí é possível encontrar mais sete notícias destacando a independência e a adesão do Maranhão, e a última notícia encontra-se no dia 09 de agosto de 1973. No jornal *O Estado do Maranhão*, dentre as 10 matérias obtidas, a primeira notícia encontrada aparece na edição do dia 31 de março de 1973 com a manchete *Carta de Dom Pedro I*, e da mesma forma, destaca a independência e os personagens locais em torno dela, sendo a última notícia a esse respeito encontrada no dia 06 de setembro de 1973. No jornal *O Imparcial*,

dentre as 10 matérias obtidas, é possível encontrar a primeira notícia sobre os esses personagens na edição do dia 13 de janeiro de 1973 com a manchete *Historiador lança livro nos 150 anos de Adesão*, e segue com várias manchetes com o título Marinha e independência e com outras que destacam da mesma forma os personagens em destaque em 1973, a última notícia sobre a temática que se encontra na edição do dia 28 de junho de 1973.

A partir dessa seleção e de notícias gerais a respeito da efeméride de 1973, é possível verificar o início das organizações para a realização da comemoração no estado do Maranhão, primeiramente, com a criação da comissão que receberia a responsabilidade de programar e coordenar toda a festividade que ocorreria futuramente, conforme notícia *O Imparcial* em matéria do dia 06 de janeiro de 1973, em que anuncia a comemoração que será realizada no Maranhão devido aos 150 anos da adesão da província à independência, dizendo:

Considerando que o dia 28 de julho do corrente ano assinala o transcurso do Sesquicentenário da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil e tendo em vista que a efeméride, por sua alta significação cívico-patriótica, deverá ser condignamente comemorada e que ao Poder Público impõem-se concorrer para o maior realce e brilhantismo das comemorações, o Governador Pedro Neiva de Santana assinou hoje o decreto da Comissão que se encarregará da programação e coordenação dos festejos comemorativos. Integrarão a Comissão, além do Chefe da Casa Civil do Gabinete do Governador, que terá a Presidência, o Magnífico Reitor da Fundação Universidade do Maranhão, o secretário da Educação, o presidente da Fundação Cultural do Maranhão, o presidente da Academia Maranhense de Letras, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.728, 6 de janeiro de 1973, p. 10).

Com isso, toda a efeméride foi planejada de modo que, ao festejar o marco histórico, fosse também exaltado o sentimento cívico-patriótico tão prezado pela ditadura militar, para isso, foi anunciado a realização de ações como, “concursos literários, desfile cívico, selo comemorativo, distribuição de medalhas e (re)lançamento de livros, adaptadas agora à nova efeméride” (Galves, s/d, p. 9). O jornal *O Estado do Maranhão* através de manchete que diz *Grande desfile estudantil vai celebrar adesão à independência*⁶³, anuncia que escolas públicas e particulares, com um pequeno contingente de alunos, marcarão presença no dia 28 de julho, em que realizarão um desfile contendo alegorias alusivas à história do Maranhão, remontando desde a adesão à independência.

⁶³ *O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 59, 8 de julho de 1973, p. 9.

Além disso, a matéria destaca que o desfile, para além de mais um evento em prol da comemoração do Sesquicentenário, também será uma homenagem ao presidente Médici e ao ministro da educação, Jarbas Passarinho. Ambas as personalidades têm presença confirmada na abertura do evento, conforme é anunciado pelo mesmo jornal que, “o chefe da nação deixará Brasília no dia vinte e oito com destino a São Luís onde participará das solenidades alusivas ao sesquicentenário da adesão do Maranhão à independência do Brasil” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 66, 17 de julho de 1973, p. 1).

Além de comparecer ao evento de abertura do sesquicentenário, o presidente Médici realizou outras atividades durante sua visita ao Maranhão como a inauguração do Museu do Maranhão, que ocorreria no dia 28 de julho do ano, após o governador do estado convidar o Presidente da República Garrastazu Médici para participar da solenidade enquanto ainda estaria presente na cidade⁶⁴. Outrossim, Médici também é prestigiado, durante as comemorações do sesquicentenário, com o título honorífico de cidadão maranhense⁶⁵.

A efeméride no Maranhão também contou com outros eventos noticiados pelos jornais alusivos à comemoração da adesão, como a abertura de concurso literário lançado pelo “Movimento Maranhense de Trovadores, em homenagem ao Sesquicentenário de Adesão do Maranhão à Independência” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.910, 19 de julho de 1973, p. 2). Dias depois é anunciado pelo mesmo periódico os vencedores do concurso, “A Casa de Gonçalves Dias julgou vencedores em 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente, José Viana dos Santos, novo cultor das trovas e os festejados trovadores Antônio Alves Monteiro e Nicanor Azevedo, os quais estão convidados a receber os prêmios”. (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.915, 26 de julho de 1973, p. 5).

Houve também o (re) lançamento de livros, a exemplo disto, temos o intelectual Mário Martins Meireles, “membro da Academia Maranhense de Letras e chefe da Casa Militar do Governo do Estado, lançará obras de cunho heráldico intitulada Símbolos Nacionais do Brasil e Estaduais do Maranhão” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.734, 13 de janeiro de 1973, p. 10). A festividade também contou com a distribuição de medalhas que, segundo o *Jornal Pequeno*, refere-se ao:

⁶⁴ Médici vem inaugurar o Museu do Maranhão. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.784, 18 de março de 1973, p. 8.

⁶⁵ Presidente Garrastazu recebe, hoje, o título de cidadão maranhense. *Jornal Pequeno*. São Luís, nº 7.056, 28 de julho de 1973, p 1.

Projeto do deputado Joaquim Itapary apresentado à Assembleia cria a “medalha da Independência”, condecoração oficial do poder legislativo do estado, destinada a comemorar o sesquicentenário da adesão do Maranhão à independência do Brasil. A medalha terá 60 exemplares cunhados em prata de lei e um em ouro de 18 quilates, cujo exemplar será destinado a agraciar o presidente da república. Pelo projeto, terá 3 centímetros de diâmetro, contendo em uma face o escudo com a legenda “150 aniversário da adesão do Maranhão à independência do Brasil” e, na outra face estampada a cena do “grito do Ipiranga”, com a seguinte legenda, “independência ou morte” – 1822 – 1823 – 1973 (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.745, 17 de março de 1973, p. 6).

Em síntese, a comemoração do Sesquicentenário da adesão do Maranhão à independência do Brasil ocorrida em 1973, apesar de menos glamorosa que do ano anterior, se mostrou igualmente focada em fazer uso da memória da adesão como forma de legitimar os ideais ditoriais no Maranhão, buscando formas de justificar o “atraso” de um ano para aderir ao projeto de independência vitorioso em 1822.

De forma similar ao que aconteceu em 1972, em que os despojos de Dom Pedro I saíram de Portugal para realizar uma peregrinação pelo Brasil como forma de legitimação do governo militar e demonstração de poder, no Maranhão não foi diferente, em 1973 personagens locais foram recordados e fortemente citados pelos três jornais de maior circulação no período, como veremos no tópico seguintes, como os principais agentes que proporcionaram a liberdade da província contra os fortes laços que ainda existiam com Portugal.

Portanto, deve-se ter em mente como ambas as comemorações do Sesquicentenário da independência tinham o intuito de trazer à tona o sentimento patriótico e o sentimento de pertencimento, apesar da ditadura que comandava o país nesse período. Para tanto, unificar a população em torno de um ideal era essencial e tais comemorações cívicas foram de grande importância para alcançar esse objetivo. Ao longo dos dois anos consecutivos de comemorações, 1972 de caráter nacional e 1973 de caráter regional, houve um minucioso processo onde figuras históricas foram silenciadas e outras totalmente destacadas para alcançar tal propósito.

3.2. Dom Pedro I nas comemorações de 1972 e 1973

O personagem histórico, Dom Pedro I, estava em evidência no Brasil desde 1972, ano em que o país comemorou 150 anos da emancipação política de Portugal, que foi proclamada em 7 de setembro de 1822. A partir daí, Dom Pedro se torna o primeiro imperador da nação brasileira, porém, diferente do que acontece hoje, em 1822 o sete de setembro não ficou marcado ou conhecido como o dia oficial da proclamação da

independência. Tem-se um longo processo até a data que conhecemos hoje ser considerada o marco histórico da independência e por consequência, Dom Pedro, como protagonista, ao ponto de ser escolhido como principal símbolo das comemorações em 1972, como discute Hendrik Kraay (2010):

Atualmente, é um axioma nacional a proclamação da independência brasileira por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, em São Paulo. Naquele ano, entretanto, o significado histórico de suas ações não era tão evidente e, pelo menos até o final de 1822, contemporâneos atribuíram pouco significado à data e ao Grito do Ipiranga, pois se ocupavam com a aclamação do imperador (12 de outubro) e sua coroação (1º de dezembro) (Kraay, 2010, p. 53).

Percebe-se que o sete de setembro, inicialmente, não teve a relevância atribuída a outras datas, como o aniversário de Dom Pedro I, a sua aclamação como imperador em 12 de outubro e sua coroação em 1 de dezembro, que eram mais significativas e amplamente comemoradas como símbolos da independência do Brasil. Nem mesmo Dom Pedro I faz qualquer menção a data em questão na carta enviada no dia 22 de setembro de 1822⁶⁶ para o seu pai, o rei D. João VI, em resposta às correspondências enviadas pelo rei no dia 03 de agosto (Lyra, 1995).

No ano seguinte, em 1823, foi realizada a abertura da Assembleia Constituinte, com a presença de Dom Pedro I, que, em seu discurso, afirmou que foi no dia sete de setembro que se declarou plenamente a favor da independência do Brasil. Este foi o primeiro momento em que o imperador faz qualquer referência a essa data como símbolo da independência brasileira. Em consequência, em setembro daquele ano, a Assembleia decidiu declarar o dia 7 de setembro como feriado nacional, de forma temporária, até que no mês seguinte, segundo Hendrik Kraay (2010), o dia 12 de outubro - data de aniversário de D. Pedro e de sua aclamação como Imperador - foi designado pelos deputados como dia de festividade nacional.

Desse modo, ambos eram tidos como dias de festividade nacional, o 7 de setembro foi anunciado e celebrado como o segundo aniversário da Declaração da Independência do Brasil, mas certamente não com a pompa e magnificência do 12 de outubro. Ambas as datas declaravam Dom Pedro I como herói, mas o 7 de setembro só passa a ter mais significado com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança oficializado no dia 07 de setembro 1825, que concedia a paz entre Brasil e Portugal:

No texto final desse Tratado de Paz e Aliança, assinado em 1825 – que se inicia com o registro dos “mais vivos desejos de restabelecer a paz, amizade e boa

⁶⁶ Segundo Lyra, as correspondências vindas de Portugal causaram indignação em Dom Pedro I e sua reação foi o grito de Independência ou Morte as margens do Ipiranga (Lyra, 1995).

harmonia entre os povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpetua aliança” – ratificava o reconhecimento, por parte de Portugal, do Brasil “na categoria de Império Independente” (Lyra, 1995, p. 190).

Com isso, através do tratado de Paz e Aliança, o rei de Portugal, D. João VI, deixa claro que estava concedendo ao Brasil sua independência, deixando de lado o princípio de aclamação dos povos, que seria a luta e conquista da soberania brasileira pelo povo. A celebração oficial da assinatura do Tratado aconteceu no dia 07 de setembro e “[...] mereceu toda a pompa que o acontecimento requeria: [...] desfile de tropa, cortejo no paço, fogos e música nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, devidamente engalanada para os festejos” (Lyra, 1995, p. 193).

Segundo Maria Lyra (1995), a partir de 1825 com a assinatura do tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal, o 7 de setembro passou a ser anunciado como o “dia de grande gala” pelo Diário Fluminense, e assim, relacionado diretamente com a memória da independência, tanto que em 1826, uma lei foi promulgada e esta incluía o 07 de setembro no calendário de festividades nacional em todo o Império.

Percebe-se a partir de então a relevância da data e de seu personagem principal, Dom Pedro I. Em 1972, ano do sesquicentenário da independência brasileira, foi trazido à tona novamente a simbologia que o primeiro imperador do Brasil carregava. Os militares viram no sesquicentenário a chance de utilizar-se da figura de Dom Pedro I através de um processo de heroificação, sempre com a presença marcante dos militares:

As notícias sobre o translado priorizavam, exaustivamente, o elemento militar: “A urna vem acompanhada por uma Escola do Batalhão Pedro I, do nosso Corpo de Fuzileiros Navais”,²⁵ ou, ainda, “os despojos de d. Pedro foram levados, então, em carro blindado do Exército, até o Monumento dos Pracinhas”.²⁶ As Forças Armadas apareciam como um dos protagonistas do evento: “No ano do Sesquicentenário da Independência, as nossas Forças Armadas são três (...) Mas no próprio momento da emancipação política do Brasil, já se afirmava a nossa tradição militar, nas lutas pela consolidação do brado heroico de d. Pedro I” (Almeida, 2009, p.68).

Dessa forma, a história foi apropriada pelo regime autoritário como meio de respaldar e legitimar suas ações contra a sociedade, dando destaque ao personagem que lhes convém e relacionando-o com o exército. Portanto, segundo Adjoyanes Almeida (2009), o governo da época além de usar a figura de Dom Pedro I para legitimar suas ações, também usou a peregrinação da sua urna funerária por todo Brasil para legitimar as ideias de integração nacional e de uniformidade ideológica.

Os detalhes da organização do translado dos despojos de Dom Pedro I são o foco dos periódicos a partir do momento em que foi confirmada a saída de seu esquife de

Lisboa para o Rio de Janeiro no navio Funchal, sua chegada em solo brasileiro em abril de 1972 foi fortemente divulgada pelos jornais de todo país e aqui em São Luís, o Jornal *O Imparcial* retrata a chegada do esquife, destacando que:

O Piraquê desembarcou os restos mortais do primeiro Imperador do Brasil no cais especialmente construído em frente ao Morro da Viúva. Daí, o esquife foi levado, em cortejo, para o Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial, onde foram oficialmente entregues ao Governo brasileiro (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 6.543, 24 de abril de 1972, p.1).

Da mesma forma, outros periódicos da cidade publicavam sobre cada passo dado pela comitiva que acompanhava a peregrinação dos despojos pelo país e, concomitantemente, noticiavam os preparativos do governo maranhense para recepcionar e acomodar os restos mortais de Dom Pedro I para permanecer em exposição aberta ao público na Catedral da Sé, no centro da cidade.

É possível perceber que se via na figura do antigo imperador a chance de unir a população em torno do ideal militar, ao dar grande destaque a essa figura, seria a chance de se legitimar para a sociedade através da suposta ligação de Dom Pedro às Forças Armadas, que marcavam presença ao lado da urna funerária a cada aparição pública, como relata a seguinte publicação:

A chegada – dos despojos – está prevista para as 10:30h no aeroporto do Tirirical. As autoridades locais assistirão, na parte interna do aeroporto, ao desembarque da urna que virá num avião “búfalo” da FAB. [...] Após ser desembarcada em viatura especial deixará a pista do aeroporto, seguida pelas autoridades que a acompanharão a pé até o local onde as tropas da 24/BC prestarão honras militares. [...] Após essa cerimônia será formado um cortejo que rumará para a Igreja da Sé, onde a urna funerária será visitada por toda população. [...] Soldados do exército, marinha e polícia militar montarão guarda permanente ao redor dos despojos do imperador (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.793, 12 de julho de 1972, p. 1).

Dessa forma, a passagem do esquife e seu período de exposição ao público ficou marcada pela presença de militares lhe escoltando e ressaltando os laços entre essas figuras, para enraizar essa perspectiva no imaginário da população. Para isso, a divulgação da vinda da comitiva dos despojos para São Luís foi amplamente realizada pelos três jornais utilizados nesta pesquisa, por ser o símbolo central das comemorações do Sesquicentenário e visando incluir o Maranhão no festejo de apelo nacional. Antes mesmo do Encontro Cívico – evento que deu início às festividades – já é possível encontrar notícias sobre o assunto, porém, o pico de notícias a respeito ocorre no mês de julho de 1972, período que corresponde à chegada dos despojos na capital do estado do Maranhão, São Luís.

A recepção da urna funerária contou com grande participação de militares, autoridades estaduais e federais e, principalmente, do público que marcou presença na recepção ao esquife de Dom Pedro I e formou, segundo o *Jornal do Dia*, uma grande multidão que saudava sua passagem com muitas palmas, e entoavam cânticos do hino nacional, do Maranhão e do Sesquicentenário enquanto agitavam bandeiras e atiravam flores sobre a urna (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.793, 12 de julho de 1972, p. 2). Podemos perceber, através dos dados coletados no periódico e que foram trabalhados no capítulo anterior, todo o foco que se teve na reconstrução da imagem de Dom Pedro I e na circulação dessa nova imagem através dos jornais.

Passados alguns meses, após percorrer 26 mil quilômetros (Cordeiro, 2012a, p. 54) pelos estados do país, em 6 de setembro o esquife é enfim disposto no Monumento do Ipiranga no Rio de Janeiro⁶⁷, concluída a inumação e os habituais desfiles que ocorrem no dia 7 de setembro, temos o fim das comemorações do Sesquicentenário de 1972, sendo esse o fim das festividades nacionais, com os despojos de Dom Pedro I, enfim, “descansando” em solo brasileiro, com uma aparente pausa no uso de sua imagem. Contudo, para algumas cidades as comemorações continuariam no ano seguinte, pois, nem todas as localidades no Brasil estavam comemorando de fato os 150 anos da independência, isso acontece devido à resistência de algumas províncias a aderirem ao projeto de emancipação iniciado no centro-sul em 1822.

As assimetrias relacionadas às Independências e, por conseguinte, às datas de suas comemorações remetem aos escritos de Istvan Jancsó e João Paulo Pimenta (2000), que nos ajudam a entender o processo da independência e formação do Brasil ao considerá-lo como um mosaico, pois, a América portuguesa era um território de proporções continentais, com muitas províncias e muitos interesses e identidades políticas díspares entre si e que, apesar de algumas relações provinciais, esteve longe de produzir consenso em relação a um projeto de independência.

A província do Maranhão foi uma das localidades que não apoiou de imediato o projeto de emancipação anunciada e conduzida por Dom Pedro I. Entre os motivos que ditaram essa decisão encontra-se o argumento da distância geográfica, administrativa, política e econômica entre o Rio de Janeiro e as províncias do Norte, o que dificultava a

⁶⁷ “Eram exatamente 14h37min do dia 6 de setembro de 1972, quando a urna contendo os Despojos do Imperador D. Pedro I, carregada por dois soldados do Exército, dois da Aeronáutica, dois da Polícia Militar de São Paulo, um marinheiro e um fuzileiro naval, deixou o Palácio dos Campos Elíseos para ser colocada no carro de combate que a conduziria ao Monumento do Ipiranga” (Correa, 1972, p. 66).

manutenção e o contato desse conjunto territorial. Além disso, a reputação de separatista atribuída ao Maranhão deve-se, igualmente, à fidelidade que a província mantinha com a metrópole, Portugal (Galves, 2010).

Tendo isso em mente, os personagens objeto das atenções em 1973 foram Manoel Beckman, Salvador Cardoso de Oliveira, Lord Cochrane e Dom Pedro I, este último, como visto anteriormente, foi o centro das atenções em 1972, porém, agora em 1973 volta a ser citado parcamente nos periódicos, mas como personagem coadjuvante na narrativa adotada durante as festividades. Dom Pedro I, na maioria das vezes, é apenas citado como um dos personagens que englobam a história mais centrada nos personagens locais selecionados. Como é possível notar na edição do *Jornal Pequeno* de julho de 1973, intitulada Sesquicentenário, que trata sobre a independência e o processo de adesão das províncias do norte, destacando o que caracteriza como “heroísmo” do capitão Salvador de Oliveira, e a chegada de Cochrane ao Maranhão:

Vinte e oito de julho chegara, e todos vibraram de alegria, até que enfim, o Maranhão ia unir-se ao País Brasileiro. Antes, ao porto desembarcara, dia vinte e seis do mesmo mês, Cochrane – um almirante inglês, enviado por D. Pedro Primeiro! Viera acabar com a resistência, dos portugueses em todo o Maranhão e com ele uma grande guarnição protegia o nosso território (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 7.029, 28 de julho de 1973, p. 2).

Nota-se que a figura imperador brasileiro, que anteriormente era o centro de todas as publicações em que seu nome era citado, agora é apenas uma pequena participação em meio a história da Adesão do Maranhão e dos personagens que a tornaram possível. O capitão Salvador de Oliveira, apesar de não ser tão conhecido na história nacional e maranhense, recebeu destaque em 1973 através dos periódicos ao escreverem sobre sua participação na adesão, nesses mesmos textos também citam a figura de Dom Pedro I, porém, apenas como mais um participante em meio aos heróis da independência tardia.

Noutro exemplo, a publicação intitulada *Salvador de Oliveira, Libertador Maranhense* do *Jornal do Dia* destaca a sua “incansável participação” na luta em favor da independência nas províncias do Norte e cita Dom Pedro I, inicialmente, dizendo: “Foi no Norte, especialmente no Piauí e Maranhão, que se derramou sangue pela independência. Embora o imperador Dom Pedro I a houvesse declarado às margens do Ipiranga e fosse de esperar maior reação pelo Sul” (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 59, 15 de julho de 1973, p. 3).

A diferença de tratamento, parece evidente entre o uso da figura de Dom Pedro nos dois anos de Sesquicentenário, pois enquanto em 1972 o antigo imperador era

declarado como “O proclamador da independência do Brasil”⁶⁸, em 1973, na comemoração da efeméride no Maranhão, foi retratado como coadjuvante⁶⁹ em meio aos personagens históricos que levaram à inclusão da província ao projeto de emancipação de Portugal.

De forma sucinta, inicialmente, o 7 de setembro não tinha grande relevância e só se consolidou como símbolo da independência após eventos como a assinatura do Tratado de Paz em 1825, sendo Dom Pedro o protagonista desse marco histórico. Em 1972, o regime militar utilizou da imagem do imperador para reforçar ideais de integração nacional e exaltar as Forças Armadas, destacando sua peregrinação pelo país com forte presença militar. Já em 1973, nas comemorações realizadas no Maranhão, a atenção se voltou para personagens locais, como Salvador de Oliveira, Beckman e outro sentido, Cochrane, sobrando para Dom Pedro, que anteriormente era protagonista, um papel secundário em meio as festividades de 1973.

3.3. O papel das figuras locais na construção das comemorações da adesão do Maranhão à Independência

Como visto anteriormente, não era do interesse de todas as províncias do Brasil aderir a independência proclamada. A resistência de algumas províncias do Norte, no caso do Maranhão, foi “[...] sustentado pelo exército e milícias, e financiado por produtores de arroz e algodão, além dos comerciantes de grosso trato” (Galves, 2013, p. 7), provocando a ação de forças militares capitaneadas pelo Rio de Janeiro. Após forte resistência, a província do Maranhão cede e enfim, adere a emancipação política de Portugal.

Por esse motivo, os territórios que no século XIX faziam parte das províncias do norte e se mantiveram contra a adesão, a rigor não comemoravam 150 anos de independência em 1972, no caso do Maranhão, o marco de 150 anos desse acontecimento se dá somente um ano depois, correspondendo a data em que ocorreu a adesão da Junta de Governo e Câmara ao Império do Brasil, realizada no dia 28 de julho de 1823. Desse modo, com a chegada do ano de 1973 – ano em que de fato o Maranhão completa 150 anos de independência- tem-se o começo dos preparativos para a festividade, que se dá

⁶⁸ Avião trazendo Pedro I chega dia 13 em nossa capital. *O Imparcial*. São Luís, nº 17.510, 8 de junho de 1972, p. 3.

⁶⁹ “Informado da resistência inabalável do governo no Maranhão e Piauí em aceitar a Independência, resolveu Pedro I, atendendo a sugestões de seus ministros, obtê-la, como na Bahia, mediante o emprego combinado de forças” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.735, 14 de janeiro de 1972, p. 2).

através da criação da comissão responsável por coordenar a efeméride, como informa o jornal *O Imparcial*⁷⁰.

Dessa forma, a comemoração passa a ser organizada através desse órgão responsável por realizar um segundo Sesquicentenário no Maranhão e torná-lo menos desconfortável às narrativas nacionalistas empregadas nas festividades de 1972, para isso, alguns personagens locais foram selecionados como os grandes destaques do evento, buscando, através dessas personalidades, tornar plausível o pressuposto de que a resistência da província no século XIX teria sido apenas um “atraso” e apesar dos “isolados” casos de resistência, o desejo de ser “Brasil” já existia e prevaleceu na província. Cabe pensar aqui a forma como utilizaram a memória como um marco coletivo para desconstruir narrativas anteriores. Como ensina Michael Pollak, “[...] o enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história [...] toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma (Pollak, 1989, p. 9).

Diante disso, os personagens selecionados foram amplamente utilizados durante as comemorações da adesão do Maranhão à independência, dessa forma, se comparado ao ano anterior, durante o festejo nacional de 1972, no qual Dom Pedro I foi o destaque indiscutível do Sesquicentenário de Independência do Brasil, é possível notar um grande aumento de matérias que citam Beckman, Salvador de Oliveira e Cochrane nos periódicos de São Luís no ano de 1973. A efeméride maranhense não possuiu apelo nacional, como ocorreu no ano anterior, neste caso, ela passa a festejar personagens locais que possam ser inseridos na história como aqueles que tornaram possível a adesão da província ao império brasileiro.

Ao analisarmos as publicações feitas em 1972, a presença dos personagens citados anteriormente é praticamente nula, exceto quando citados apenas como pano de fundo dos destaques do período, Dom Pedro I e o 7 de setembro. Uma das poucas referências ao personagem de Cochrane em 1972 se dá no jornal *O Imparcial*, quando anuncia a nova “obra histórica” escrita pelo professor Mário Martins Meirelles, intitulada História da Independência do Maranhão. O jornal destaca alguns dos assuntos que serão abordados no livro, entre eles “[...] o retorno de Cochrane ao Maranhão e o preço de seus serviços” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.198, 13 de janeiro de 1972, p. 14).

⁷⁰ *Maranhão Comemorará Adesão à Independência. O Imparcial*. São Luís, nº 17.728, 6 de janeiro de 1973, p. 10.

Da mesma forma, em um rompante, a Câmara Municipal de São Luís relata com orgulho que “[...] em nenhum momento de sua vida deixou de propugnar pelos direitos humanos, chegando mesmo a ser lembrada, hoje, na história, pela sua atitude corajosa ao aderir ao movimento de Bequimão, em 1864” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.383, 21 de abril de 1972, p. 2).

De fato, o único personagem que recebeu destaque durante as celebrações ocorridas ao longo de 1972, de modo a se aproximar da atenção dada a Dom Pedro I, foi Tiradentes. O dia 21 de abril (dia de Tiradentes) de 1972 foi escolhido como o dia em que se daria início as festividades do Sesquicentenário através do Encontro Cívico, realizado em todos os estados do Brasil e, durante esse episódio, a memória de Tiradentes foi trazida à tona como o “herói da independência”. Segundo José Carvalho (1990), não há regime que não promova grande homenagem aos seus heróis e todos eles possuem uma figura, escolhida a dedo, para representar seu panteão cívico. No caso do Brasil (e do Maranhão), anunciado através do *Jornal do Dia*, o regime vigente adotou Tiradentes como o mártir que deu seu sangue na busca pela liberdade da pátria brasileira:

O 21 de abril expressa os sentimentos de dever para com a pátria, onde o amor pela liberdade é maior do que o pior de todos os sacrifícios. Só o desprendimento pela vida e um desejo imenso de ver um povo livre, seriam capazes de levar um homem, como Tiradentes, a enfrentar os martírios e a desafiar a própria morte. [...] Toda São Luís, como todo bom brasileiro, devem unir-se a esta festa de civismo, para demonstrar, por alguns minutos o seu reconhecimento por aqueles que deram o sangue em benefício da grandeza desta pátria. (*Jornal do Dia*. São Luís, nº 2.727, 21 de abril de 1972, p. 2).

A partir de 1973, as figuras mudam de posição devido a aproximação do aniversário de 150 anos da adesão do Maranhão à independência. Assim, Dom Pedro I perde o protagonismo e dá lugar às figuras locais, consideradas primordiais para tornar a adesão ao império brasileiro uma realidade. Com isso, os jornais passam a dar destaque a personagens que, no ano anterior, não cabiam na efeméride de cunho nacional, mas que em 1973 passam a ser essenciais para contar o processo da província maranhense para aquiescer o projeto de emancipação e consolidar no imaginário popular as ações de seus “heróis” nesse período.

De acordo com José Carvalho (1990), a busca por personagens históricos a serem celebrados é um processo difícil, pois, deve corresponder a um modelo valorizado coletivamente e responder a alguma necessidade ou aspiração da população. Para o autor, “Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça

e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos” (Carvalho, 1990, p. 55).

No caso do Maranhão, optou-se por celebrar a história de pessoas que fizessem jus ao suposto desejo da província do Maranhão em ser independente de Portugal muito antes da separação proclamada por Dom Pedro I. Neste caso, Manuel Beckman foi indispensável para estabelecer no imaginário popular essa narrativa imposta pelo regime político do período. Como confirmação dessa narrativa, foi lançado ainda em 1972 a reedição do livro de Vieira da Silva, editada por Raimundo Cardoso⁷¹, no período em que os despojos de Dom Pedro I permaneciam em exposição em São Luís, na orelha do livro o autor diz que:

Associando-se às comemorações com que o país assinala os 150 anos da sua emancipação política, e no momento mesmo em que os restos mortais do fundador do Império, transladados de Portugal, chegam ao Maranhão em peregrinação cívica e são velados pelo povo, cujos antepassados tanto se distinguiram na luta pela unidade brasileira, desde o movimento econômico-nativista de 1684, com Bequimão, à guerra civil de 1822- 1823 [...]. Este livro é, sobretudo, um documentário [...] o mais alto e mais sério registro do protesto separatista no Maranhão (Cardoso, s/p, 1972).

Pensando nisso, em 1973, Beckman e as “revoltas nativistas” passam a ser exploradas pelas autoridades de forma perceptível, dando destaque às lutas vivenciadas no Maranhão muito antes da independência declarada por Dom Pedro I em 1822. Sua primeira aparição no *O Estado do Maranhão* já demonstra essa intenção ao trazer à tona a história do maranhense através da manchete *A independência antes de Tiradentes*, em que o jornal destaca a Revolta de Beckman como uma primeira amostra da necessidade de independência do Brasil e das lutas que se sucederam até ser, enfim, alcançada. É relatado todo o processo da revolta, tendo início com uma reunião entre os revoltosos na noite de 23 de fevereiro de 1684 no Convento de Santo Antônio e finalizando com a execução de Beckman, o artigo detalha que:

Percebendo o sentido que a situação tomava, os cabeças da revolta puseram-se em fuga, com exceção de Beckman. Este continuou a andar livremente pela cidade, pois parecia que o novo Governador preferia esquecer tudo, desde que sua autoridade não fosse contestada. Uma tentativa malograda de libertar seu irmão Tomás, no entanto, alterou as disposições de Gomes Freire. Ordens de prisões foram expedidas e Manuel teve a cabeça posta a prêmio. [...] Bequimão foi submetido a um processo relâmpago, sendo enforcado na praia do Armazém (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 74, 25 de julho de 1973, p. 4-5).

⁷¹ “À frente da coleção no Rio de Janeiro, Cardoso era, como já informado, muito mais do que um responsável técnico pelas edições, que contaram com o seu trabalho de elaboração de notas, correções e acréscimos documentais” (Galves, 2022, p. 9).

A partir desse relato, o jornal toma como referência outras revoltas que aconteceram ao longo do tempo, citando eventos como a rebelião em Minas Gerais em 1720 comandada por Felipe dos Santos, a Guerra dos Mascates em 1710 ocorrida em Pernambuco, até a Conjuração Mineira comandada por Tiradentes em 1789 que, segundo o jornal, visava “[...] proclamar uma república cuja capital seria São João del Rei” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 74, 25 de julho de 1973, p. 4-5).

Ao longo de 1973, Manuel Beckman não somente recebeu destaque através dos jornais, como também por meio de um livro lançado por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Maranhão. O romance “O Bequimão”, do autor Bernardo Coelho de Almeida (1927-1996), conta a história de Manoel Beckman como líder da Revolta de Beckman, sendo dividido em 27 capítulos e totalizando 214 páginas. O *Jornal Pequeno* foi um dos periódicos que fez o anúncio do lançamento do livro com a seguinte nota, “Será lançado, hoje, na Assembleia Legislativa do Estado, o livro ‘O Bequimão’ de autoria do deputado Bernardo Coelho de Almeida. O presidente da casa, dep. Acrílio Viegas, convidou representantes do povo a darem presença na referida cerimônia” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 7.077, 9 de agosto de 1973, p. 6). O jornal *O Estado do Maranhão* também realizou o anúncio do lançamento do livro, além disso, também trouxe uma narrativa sobre o que inspirou o autor a escrever o romance:

“O Bequimão” começou, segundo seu autor, com o apelo de João Lisboa. Em seu “Jornal de Timon” lá para as páginas tantas o jornalista narra suscintamente o episódio de Manuel Beckman, o revoltoso, e conclui dizendo que deixava a tarefa de reconstituição dos fatos para os historiadores do futuro. Bernardo Almeida diz que leu isso de João Lisboa e se sentiu motivado com a convocação. [...] “O Bequimão” tem capa de Antônio Almeida e vai ser lançado, oficialmente, na próxima semana, em noite de autógrafos no plenário da Assembleia Legislativa (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 81, 2 de agosto de 1973, p. 1).

Nota-se o empenho em dar destaque ao personagem que antes mesmo de Tiradentes, como relatado pelo *O Estado do Maranhão*, supostamente, já se empenhava em alcançar a devida autonomia para a então capitania do Maranhão. O afínco em enfatizar a figura de Beckman fica ainda mais evidente quando é divulgado pelo jornal *O Imparcial* a tentativa de gravar um filme a respeito do personagem. A manchete destaca que *Chuvas impedem filmagem de Revolta de Bequimão* e relata que:

[...] Filmagens do filme da “Revolta de Bequimão” baseado no livro do poeta maranhense Bernardo Coelho de Almeida - cujo início está previsto para o próximo mês de maio, tendo nos papéis Mauricio do Vale e Rosana Gesha. Imagens ainda não foram iniciadas devido à chuva que têm caído ultimamente em São Luís. Bernardo Almeida, um dos diretores da Nordecine, [...] falando sobre o filme, adiantou que não resta dúvida de que a Revolta de Bequimão, esse episódio que se passou no Maranhão em 1648, é o maior de todos os

épicos, sobre todos os aspectos, não só pelo caráter marxista, espírito libertário, como pela tese de que Bequimão defendia, de que não há emancipação política sem independência econômica (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.783, 15 de março de 1973, p. 5).

Apesar de não termos conhecimento se de fato o filme chegou a ser lançado ou sequer gravado, a movimentação em torno do personagem maranhense é evidente e nos mostra o empenho do regime em ressignificar a narrativa em torno da adesão tardia da província à independência, utilizando-se de personagens vitais para tornar verossímil tais informações. Tendo isso em mente, Manoel Beckman também abre espaço para outro personagem muito citado pelos jornais durante as solenidades de 1973, Lord Cochrane.

O almirante era tido pelos jornais como aquele que “[...] teve participação nas lutas desenvolvidas no Maranhão para a adesão do Estado à Independência” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 74, 25 de julho de 1973, p. 1). Apesar de ser um personagem controverso na história do Maranhão, era imprescindível que fosse citado ao longo do ano de comemoração da adesão, pois, seria preciso relembrar o processo que a província do Maranhão vivenciou até o momento da adesão, possibilitado pela derrota dos “portugueses”, protagonizada por Cochrane.

O almirante, apesar de ser o mais “nacional” entre os três personagens citados nessa pesquisa devido sua atuação na “adesão” das províncias do Norte, como Bahia e Maranhão, causou grande controvérsia no Maranhão devido a algumas atitudes tomadas ao longo das lutas em prol da independência, ao qual foi contratado para lutar. Segundo Galves, “[...] a atuação de Cochrane sempre esteve no cerne da discussão sobre a ‘libertaçāo’ ou não do Maranhão, perspectivas que remetem à controvérsia sobre o protagonismo de sua atuação” (Galves, s/d, p.13). Apesar do litigio, Cochrane surge ao longo das publicações dos três principais jornais que circulavam na ilha de São Luís e, ao analisarmos os artigos publicados, fica ainda mais evidente o conflito que a figura do almirante causa entre os maranhenses, ressaltando a disputa entre a figura de um herói e a figura de um mercenário.

No jornal *O Imparcial*, Cochrane é descrito como “[...] um dos vultos históricos da Marinha brasileira e que desempenhou papel importante na adesão do Maranhão à Independência do Brasil” (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.747, 28 de janeiro de 1973, p. 10). Na mesma edição, é anunciado a visita do vice-almirante Levi Araújo de Paiva Meira (diretor do serviço de documentação geral da marinha), na casa da Rua do Egito onde, em 1823, teria ocorrido a realização de um banquete, organizado pelas senhoras da época,

ao almirante Cochrane⁷². No mesmo jornal, entre as muitas inaugurações que ocorriam ao longo de 1973 devido a comemoração de 150 anos da adesão, destacou-se a inauguração do busto de Lord Cochrane que contou com a participação do vice-governador, Alexandre Colares Moreira. Nesta edição o periódico informa que:

Busto do almirante inglês Mário Thomas Cockrane - que teve relevante participação nas lutas pela Independência no Maranhão, - foi inaugurado, ontem, em solenidade simples, na Avenida Kennedy, como homenagem da Marinha de Guerra brasileira ao sesquicentenário da Adesão e ao valoroso oficial da Armada. A placa do busto teve sua vedação descerrada pelo vice-governador do Estado, general Alexandre Colares Moreira, e pelo comandante do Terceiro Distrito Naval, almirante Mário Rodrigues da Costa (*O Imparcial*. São Luís, nº 17.917, 28 de julho de 1973, p. 7).

Através destas edições é possível observar a tentativa de reviver o personagem de forma solene e ligado de certa forma com personalidades da marinha, porém também é possível identificar detalhes como o não comparecimento do governador na ocasião, classificada como simples pelo jornal, e o fato de ter ocorrido no dia anterior ao aguardado 28 de julho, data que marca os 150 da adesão e a visita do presidente Médici⁷³ a cidade. Segundo Marcelo Galves (s/d), as inquietações em torno do personagem poderiam explicar esses acontecimentos, pois, apesar da forma como era noticiado no *O Imparcial*, em outros periódicos a forma de se referir ao almirante mudava drasticamente. No *Jornal Pequeno*, em texto assinado por Carlos Cunha, a manchete destaca as palavras *Doublé de pirata e mercenário* divulgando uma matéria, fruto de suas pesquisas, onde destrincha um outro lado de Lord Cochrane não explorado durante o episódio da adesão.

Carlos Cunha, ao longo da matéria, fala a respeito da independência proclamada por Dom Pedro I e da necessidade que o fez contratar oficiais estrangeiros para consolidar a nova autonomia brasileira. Entre os contratados estava Cochrane⁷⁴, chamado de mercenário pelo autor, já que “[...] em troca dos serviços prestados receberiam grandes somas” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 7.060, 01 de agosto de 1973, p. 8). Dessa forma,

⁷² “Nas correspondências que produziu em sua primeira passagem pelo Maranhão, entre julho e setembro de 1823, Cochrane informou estar a bordo da nau Pedro I, exceto em 16 de setembro, quando assinou documentos na Fortaleza de Santo Antônio, nos arredores de São Luís. Não localizei registros sobre a circulação de Cochrane pelas ruas da cidade ou de participação em tal banquete” (Galves, 2022, p. 16).

⁷³ Segundo *O Estado do Maranhão*, o presidente Médici chegaria a São Luís em um sábado, dia 28 de julho e seguiria para “[...] o Palácio dos Leões, onde ficará hospedado. A tarde inaugurará o Museu Histórico e o novo prédio da Reitoria da Universidade Federal. A noite será homenageado pelo Governador do Estado e Senhora com um jantar. No dia seguinte prosseguirá viagem para o Macapá” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 71, 22 de julho de 1973, p. 1)

⁷⁴ À época, era comum a prestação de serviços militares para os estados recém independentes, o que evidentemente não contavam com forças armadas regulares. A ideia de um Cochrane “mercenário” foi construída nas décadas seguintes, segundo Galves e Araújo (2022), “[...] sua imagem foi gradativamente desgastada, na medida em que se consolidava o Estado imperial, substrato para a ideia de “mercenários”, associada aos oficiais europeus que atuaram na Independência” (Galves; Araújo, 2022, p.232).

segue a matéria relatando a chegada do oficial ao Maranhão e as atitudes que tomou, exprimindo seu descontento com os historiadores, diz:

Muitos historiadores dão a Cochrane a posição merecida dentro de nossa história; outros o classificam de valente e correto, quando, em verdade, ele não foi nem uma coisa nem outra, e sim pirata de primeira ordem e covarde até à espinha dorsal, porque as suas violências, sem exceção de uma só, foram praticadas contra pessoas sem condições de reação, além do mais, sob o signo das armas (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 7.060, 1 de agosto de 1973, p. 8).

Cunha segue sua escrita destacando momentos “infames” de Cochrane, chegando até mesmo a salientar o título de Marquês do Maranhão concedido a Cochrane por Dom Pedro I como uma grande “irreflexão” do príncipe. No jornal *O Estado do Maranhão* podemos observar, em texto assinado novamente por Carlos Cunha, Cochrane sendo novamente citado na matéria em que é descrito como o almirante “[...] dominou o Maranhão, e pagou seus serviços com as próprias mãos arrancando dinheiro dos cofres da nossa alfandega” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 3.403, 13 de abril de 1973, p. 10). No entanto, no mês de julho, o autor Odylo Costa Filho reconhece os feitos realizados por Cochrane e que, apesar de ser conhecido como El Diablo, como era conhecido pelos espanhóis, assegurou não só a independência no Maranhão, como também a “[...] unidade nacional no imenso quadro da Independência” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 78, 29 de julho de 1973, p. 5). Diante desses construtos, é evidente e inegável a divisão de opiniões que a figura de Cochrane causa entre os maranhenses, porém, isso não impediu que marcasse presença nos principais jornais de São Luís sendo, ao longo de 1973, um dos personagens relembrados ao longo das comemorações que marcaram esse período.

Diferente dos dois personagens já discutidos neste tópico, Salvador Cardoso de Oliveira certamente é o menos conhecido entre as figuras citadas pelos periódicos em 1973. Apesar disso, sua história foi relembrada e contada ao longo de algumas matérias. No mesmo texto de Odylo Costa Filho, o autor faz referência a Salvador de Oliveira ao relatar as lutas em favor da independência ocorridas no interior da província onde, “junto aos piauienses, aos cearenses, aos baianos [...] cercaram Caxias”⁷⁵ e com a derrota acabou aderindo à independência.

No periódico *O Estado do Maranhão*, em texto de autoria de Olavo Correia Lima, intitulado *Salvador de Oliveira Libertador Maranhense*, traz uma narrativa em que Oliveira é declamado como o herói da independência, pois, apesar de declarada a independência do Brasil, muito sangue foi derramado para garantir a unidade da nação,

⁷⁵ *Oi maranhenses, quem fez nossa independência?.* *O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 78, 29 de julho de 1973, p. 5.

especialmente no Piauí e no Maranhão, como informa o texto. Salvador, que antes era um “modesto boiadeiro”, durante as lutas independentistas, se transforma “[...] num patriota ardoroso e incansável; num soldado corajoso e estrategista genial” (*O Estado do Maranhão*. São Luís, nº 78, 29 de julho de 1973, p. 5). Por fim, o autor se mostra insatisfeito com a falta de atenção dada a Salvador em 1972 e lamenta o fato de não haver uma estátua em homenagem a essa figura histórica em São Luís.

O *Jornal Pequeno* também relembra a “bravura” de Salvador Cardoso, reforçando a visão de um libertador, ao narrar os combates ocorridos no Morro do Alecrim em Caxias em prol da independência por forças independentistas comandadas por Oliveira. Por ocasião dos festejos do Sesquicentenário de adesão da cidade de Caxias à independência do Brasil, Oliveira ganha destaque em texto escrito por Eyder Paes, que ressalta os heróis que participaram da libertação da então vila de Caxias, evento esse que, conforme a matéria, foi relembrado também por “Gonçalves Dias, o poeta indianista, cantou numa poesia épica, o heroísmo dos que combateram no morro do Alecrim, símbolo de tradição de liberdade” (*Jornal Pequeno*. São Luís, nº 7.075, 7 de agosto de 1973, p. 3). Com isso, fica evidente o valor dado às lutas enfrentadas por Salvador e, diferente de Cochrane, não há discussão quanto a importância do seu papel nas lutas em prol da independência na província do Maranhão, pelo contrário, sua luta foi ressaltada nas homenagens que lhes prestaram os jornais em 1973.

Portanto, como visto anteriormente, o objetivo em 1972 era dar ênfase a uma história de união nacional em torno da independência, silenciando processos de resistência e lutas contra esse projeto. Em 1973, o processo seria inverso, com a aproximação do aniversário de 150 anos da adesão à independência, torna-se necessário explicar esse “atraso” em relação ao restante do país em aderir a quebra de laços com Portugal, causando grande desconforto a narrativa de união nacional que no ano anterior havia sido declarada orgulhosamente.

Os discursos para contornar esse desconforto foram de vital importância para integrar o Maranhão aos festejos. Com isso, é dado espaço à novas figuras, é então que Beckman, Salvador de Oliveira e Cochrane surgem como a solução para o impasse. Os periódicos utilizam a figura de Beckman para mostrar que muito antes do grito de “independência ou morte” de Dom Pedro I a província do Maranhão já possuía o desejo de se libertar da dominação de Portugal; Salvador Cardoso se destacou como o herói que lutou bravamente em prol da independência no interior do Maranhão e Cochrane, apesar

de ser uma figura polêmica e de fora da província, também foi relembrado pelos jornais como um dos fatores do fim da resistência em São Luís.

Considerações finais

Em trabalhos como o de Janaina Cordeiro (2012a) e Adjovanes Almeida (2009) é possível acompanhar o processo para a realização das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, organizado pela ditadura militar, incluída a peregrinação dos despojos de Dom Pedro I territórios do país. A partir dessa historiografia inicial sobre o assunto fica evidente a necessidade do aprofundamento de pesquisas sobre o desenrolar das celebrações de 1972 pelas capitais dos estados brasileiros.

Portanto, essa monografia se propôs a aprofundar-se nessa temática com foco na capital do Maranhão, São Luís, investigando como se deu o desenvolvimento das comemorações na cidade, a recepção dos despojos e como a imprensa local abordou tudo isso ao longo dos meses. Ademais, a proposta abrangeu a segunda celebração que ocorreu na cidade em 1973, ano em que se comemorou o Sesquicentenário da Adesão do Maranhão ao Império do Brasil, no qual investigamos o modo como personagens vinculados ao Maranhão foram utilizados nesse período para corroborar com a narrativa empregada pelo governo para justificar o “atraso” da adesão.

Em 1972, teve início o evento de cunho nacional, ou seja, foi uma celebração que envolveu não apenas a capital e o interior do Maranhão, mas também todos os estados do território brasileiro. A participação dos estados foi planejada com o objetivo de reavivar o sentimento patriótico da população brasileira, há muito enfraquecido pelos anos de violência e repressão vividos durante a ditadura militar. Para além disso, o governo também buscava utilizar as comemorações para se autopromover, destacando o “progresso” que o Brasil estava vivendo naquele momento, com isso buscavam justificar seus atos repressivos em prol de dado crescimento econômico.

De acordo com Adjovanes Almeida (2009), as comemorações podem ser interpretadas como uma reconstrução da memória, em que o esquecimento e a lembrança são articulados intencionalmente, destacando determinados eventos e personagens enquanto outros são relegados a segundo plano. Assim, Dom Pedro I, diretamente vinculado à proclamação da Independência, foi escolhido como a figura central da celebração, e seu aspecto militar foi amplamente enfatizado para representar os ideais tão prezados pelos militares: civilidade e bons costumes. Através da peregrinação dos seus despojos pelos territórios do Brasil os militares buscavam gerar no brasileiro o sentimento

de pertencimento a “poderosa” nação, como era anunciado pelo governo; e por intermédio dos eventos de 1972, se legitimar diante dessa sociedade.

Embora a peregrinação tenha envolvido as capitais brasileiras, nem todas receberam os despojos com o entusiasmo que se esperava, como a capital baiana, onde ainda era muito presente a memória da independência ocorrida em 2 de julho de 1823. Por razões diversas, parece não ter se estabelecido uma conexão direta com o imperador/7 de setembro, como a maior parte do país, o que gerou certo desinteresse por parte do povo baiano, conforme Janaina Cordeiro (2012a).

No Maranhão, província do Norte que também resistiu à implantação do novo projeto político, o 28 de julho foi ignorado em 1972, pois a lembrança desse marco histórico ia contra o ideal de união nacional ao qual se buscava alcançar naquele ano. Por outro lado, as celebrações nacionais de 1972 ocorreram da forma como foi planejada em São Luís, conforme é possível acompanhar através dos ofícios do Fundo do Sesquicentenário, enquanto que os jornais ludovicense, cada um a seu modo, publicavam sobre o “Salvador da Pátria” quem enfim, visitaria São Luís.

No ano de 1973 tem início uma nova efeméride no estado do Maranhão que visava comemorar a adesão ao Império do Brasil, sacramentada em 28 de julho de 1823. Sem a mesma grandiosidade das celebrações nacionais do ano anterior, esse marco histórico apresentava-se como um elemento desconfortável para a narrativa da independência amplamente promovida ao longo de 1972, que destacava, como principal característica, uma nação unificada desde os primórdios do processo de emancipação.

Desse modo, uma reinterpretação conveniente da história se fez necessário. Assim, lutas nativistas ocorridas no Maranhão, como a Revolta de Beckman, transformaram-se em revolta de maranhenses ávidos pela emancipação de Portugal muito antes da concretização desse desejo em 1822. Da mesma forma, Salvador Cardoso de Oliveira e sua coragem nas lutas pela adesão são relembrados ao longo de 1973, sendo exaltado como o maior exemplo da bravura dos maranhenses e da disposição em sacrificar suas vidas pelo antigo desejo de ser “Brasil”.

A resistência que ocorreu no Maranhão e os responsáveis por ela não são o foco do governo, o que se buscava era demonstrar que apesar dos “isolados” casos de resistência, o desejo em aderir a independência foi mais forte. Segundo István Jancsó (2005), essa narrativa silenciava as vozes discordantes, abafando os múltiplos gritos de Independência/resistência, que ecoavam no mosaico de pátrias que compunham a porção americana do Reino Unido português.

Com base nisso, conclui-se que, em ambas as efemérides, as narrativas foram moldadas de modo conveniente de acordo com o ideal que desejavam compartilhar em cada momento. A busca pela autopromoção e reconhecimento levou o governo a reinventar histórias e destacar aspectos de figuras históricas para corroborar e justificar as atitudes repressivas daquele presente. Estratégias, planejamento, repressão e manipulação figuraram entre os diversos recursos utilizados pelo governo militar e suas bases civis estaduais para alcançar seus objetivos, seja a autopromoção e a busca por reconhecimento de parte da sociedade em 1972, ou a preservação do ideal de unidade nacional na efeméride de 1973, evitando que este fosse contradito.

Referências

a) Documentos

Jornais

(O) *Imparcial* – MA (1972-1973).

Jornal do Dia/(O) *Estado do Maranhão* – MA (1972-1973).

Jornal Pequeno – MA (1972-1973).

Outros

FUNDO do Sesquicentenário. **Comissão Executiva Estadual do Maranhão**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - Pasta nº13, 1972.

b) Bibliografia

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)**, 2009. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO NETO, Wilson Pinheiro. **O Jornal Pequeno e a ditadura empresarial-militar no Maranhão: a perspectiva política do jornal pequeno após o ato de 6 de abril**. Monografia- Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. Batalhas impressas: a guerra de Independência nas páginas do jornal *O Conciliador do Maranhão*. InterEspaço: **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 03 (ed. esp.), p. 01-23, 2023.

ARAUJO, Roni Cesar Andrade de; GALVES, Marcelo Cheche. E depois da independência? Os “portugueses” do Maranhão no Império do Brasil. **Revista Ágora**, v. 33, nº 1, p.01-21, 2022.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **Jornal O Imparcial: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966)** / Drielle Souza Bittencourt. – São Luís, 2016.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **A Revolta de Beckman pelo olhar de João Felipe Betendorf e da Documentação do Conselho Ultramarino**. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

CARDOSO, Raimundo Nonato. Notas. In: VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. **História da independência da província do Maranhão (1822-1828)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 9-13.

CARVALHO, José Murilo de. **Tiradentes**: um herói para a República. In: A formação das almas; o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDEIRO, Janaina Martins. A independência no Cinema. In: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; MARINS, Paulo Cesár Garcez (coord.). **Memórias da Independência**. 1 ed – São Paulo/SP: Edusp: Museu paulista da USP, 2023, p. 135-141.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente:** as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972), 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012a.

CORDEIRO, Janaína Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). **Anais do XIII Encontro de História**, p. 1-11, 2012b.

CORREA, Antônio Jorge. **As comemorações do Sesquicentenário**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. Biblioteca do Sesquicentenário.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organizações & Sociedade**, v. 25, p. 15-29, 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p.253-270, dez. 2007.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **Entre o Jornal do Dia e o estado do Maranhão:** uma análise do processo de transição jornalística nos anos de chumbo. NUPEHIC-UEMA, São Luís, p. 01-11, 2018.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao Público sincero e imparcial”:** Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826), 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense.

GALVES, Marcelo Cheche. **História, historiografia e memória:** comemorações da Independência no/do Maranhão. Projeto de Pesquisa. São Luís: UEMA/FAPEMA, 2021.

GALVES, Marcelo Cheche. Nos bastidores do Sesquicentenário: a reedição do livro História da Independência da província do Maranhão (1822-1828), de Luís Antonio Vieira da Silva. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1-21, 2022.

GALVES, Marcelo Cheche. A Independência Do Maranhão Entre Efemérides. **Almanack**, Guarulhos, n. 33, ep. 00123, p. 3-11, 2023.

GALVES, Marcelo Cheche. **Atritos de memória:** o duplo Sesquicentenário da Independência do Maranhão (1972-1973). São Luís, s/d, p 1-17 (Texto não publicado).

GALVES, Marcelo Cheche. **Sobre as lutas contra a Independência na América portuguesa: Os “portugueses” da província do Maranhão.** 2013, p. 1-16.

GÓES, Leina Gonçalves. **O sesquicentenário da Independência do Brasil no Jornal Pequeno.** Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2022.

GÓES, Leina Gonçalves. **O Jornal Pequeno no segundo sesquicentenário da independência do maranhão (1973).** Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2023.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (org.). **Independências: História e historiografia**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. **Pecas de um mosaico**: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. Revista de História das Ideias, Vol. 21, 2000.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 303-341, 2006.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. São Paulo: **Almanack Braziliense**, n. 11, mai. /2010, p. 52-61.

LUNARDI, Rafaela. Elis Regina: entre o canto e a política na década de 1970. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 16, n. 29, p. 187-202, 2014.

LUSTOSA, Isabel. **Dom Pedro I**: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **Memória da independência: Marcos e Representações Simbólicas**. Revista Brasileira de História, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

MARIZ, Vasco. Lorde Cochrane, o turbulento Marquês do Maranhão. **Navigator**, v. 8, n. 16, p. 11-20, 2012.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura militar e propaganda política**: a revista Manchete durante o governo Médici. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 1999.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **Produtos de um lugar**: a independência no Maranhão em Luís Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles. São Luís- MA, 2010.

MORAES, Luiz Gustavo da Rocha. **O sesquicentenário da Independência do Brasil no Jornal do Dia**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2022.

MORAES, Luiz Gustavo da Rocha. **O Jornal do Dia/Estado do Maranhão no Segundo Sesquicentenário da Independência do Maranhão (1973)**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2023.

NASCIMENTO, Aline Costa. **O Sesquicentenário da Independência do Brasil no Jornal O Imparcial**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2022.

NASCIMENTO, Aline Costa. **O Jornal O Imparcial no segundo Sesquicentenário da Independência do Maranhão (1973)**. Relatório de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Maranhão: São Luís, 2023.

NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **O Movimento da Independência (1821-1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1989 (Coleção Reconquista do Brasil, v. 154), 1921.

REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. 7Letras, 2020.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: EdUnB, 1992. v. 1.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e Memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. SciELO - Salvador: EDUFBA, 2005.